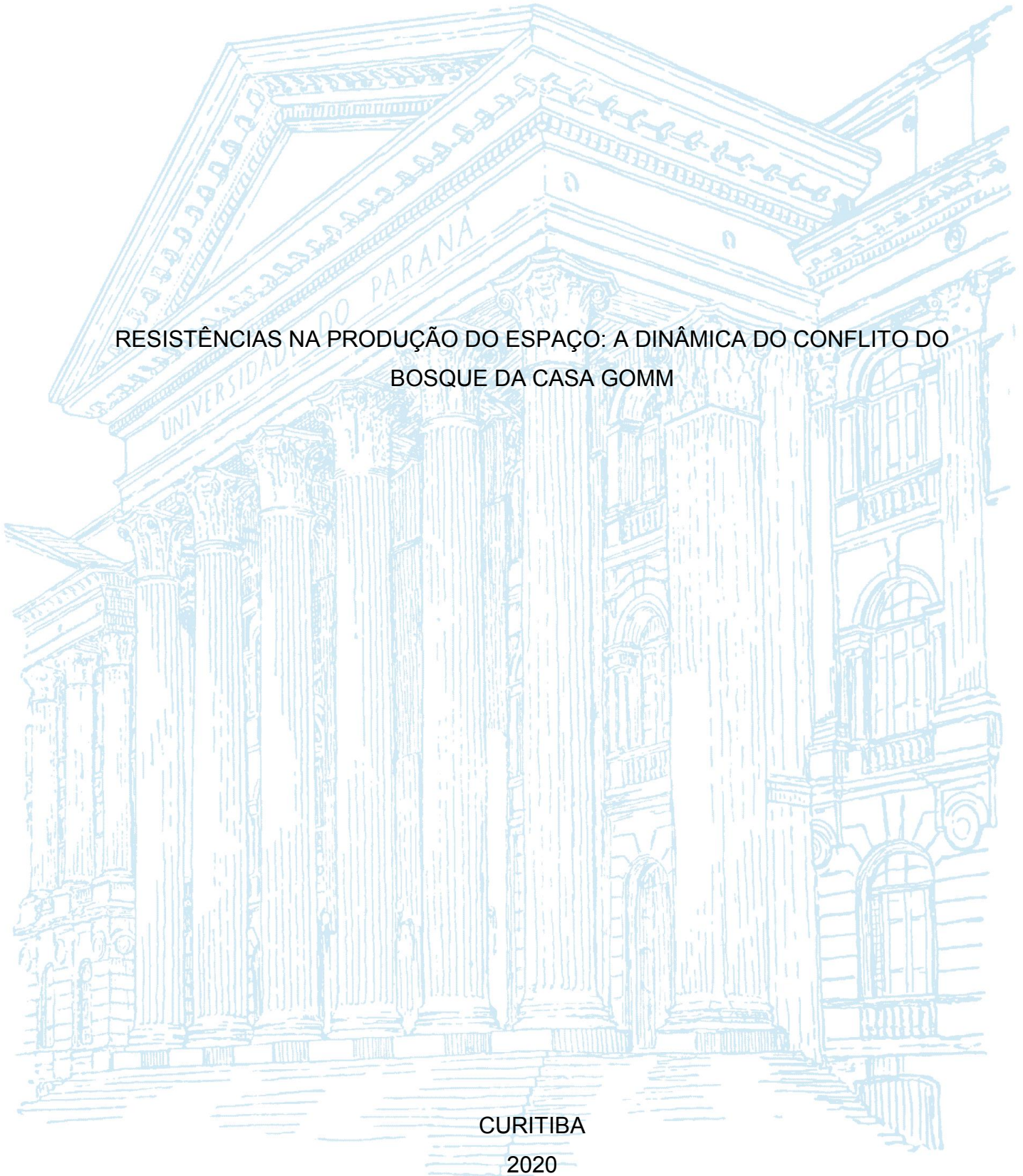


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DÉBORA ROCHA FARIA JORGE

RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A DINÂMICA DO CONFLITO DO
BOSQUE DA CASA GOMM



CURITIBA

2020

DÉBORA ROCHA FARIA JORGE

RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A DINÂMICA DO CONFLITO DO
BOSQUE DA CASA GOMM

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Economia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Vargas de Faria

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Jorge, Débora Rocha Faria

Resistências na produção do espaço: sujeitos e interesses no processo de criação do Parque Gomm / Débora Rocha Faria Jorge. – 2020.
105 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: José Ricardo Vargas de Faria.

Defesa: Curitiba, 2020.

1. Política pública. 2. Espaços urbanos. 3. Planejamento urbano. 4. Planejamento estratégico. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. II. Faria, José Ricardo Vargas de. III. Título.

CDD 307.1



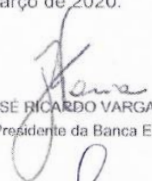
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

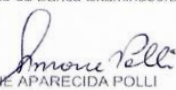
TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DÉBORA ROCHA FÁRIA JORGE**, intitulada: **RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: SUJEITOS E INTERESSES NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE GOMM**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ RICARDO VARGAS DE FÁRIA, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 17 de Março de 2020.


JOSÉ RICARDO VARGAS DE FÁRIA
Presidente da Banca Examinadora


SIMONE APARECIDA POLLI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)


GISELLE MEGUMI MARTINO TANAKA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

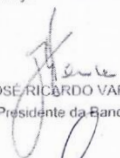
ATA N° 01

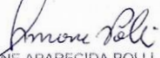
ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS.


No dia dezessete de março de dois mil e vinte às 09:00 horas, na sala de reuniões do Dep. de Economia, Curitiba, Campus Jardim Botânico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR do Setor de CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS da Universidade Federal do Paraná, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa da dissertação da mestranda **DÉBORA ROCHA FARIA JORGE**, intitulada: **RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: SUJEITOS E INTERESSES NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE GOMM**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ RICARDO VARGAS DE FÁRIA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em POLÍTICAS PÚBLICAS foi constituída pelos seguintes Membros: JOSÉ RICARDO VARGAS DE FÁRIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), GISELLE MEGUMI MARTINO TANAKA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), SIMONE APARECIDA POLLI (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, JOSÉ RICARDO VARGAS DE FÁRIA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: BANCA REALIZADA REMOTAMENTE COM TRANSMISSÃO PELA WEB EM FUNÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLE DA COVID-19. ALTERAÇÃO DO TÍTULO DO TRABALHO: "RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A DINÂMICA DO CONFLITO DO BOSQUE DA CASA GOMM"

Curitiba, 17 de Março de 2020.


JOSE RICARDO VARGAS DE FÁRIA
Presidente da Banca Examinadora


SIMONE APARECIDA POLLI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)


GISELLE MEGUMI MARTINO TANAKA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

À

Luís Wanderly, Silvana e Ercy.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Paraná, na figura do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (4P), pela oportunidade de estudar em uma universidade pública gratuita e de qualidade.

Ao meu orientador, prof. Dr. José Ricardo Vargas de Faria, sou muito grata por aceitar meu projeto e, especialmente, por toda dedicação e paciência ao longo destes dois anos. Os conhecimentos que obtive nesse período contribuíram para o conhecimento intelectual e também pessoal. Sua atuação me inspira também na docência.

Às amigadas que fiz no 4P, em especial, à Karoline Strapasson Jambersi que foi muito importante em todas as etapas do mestrado. E a Rubia, Mara, Juliana, Paula e Natália, pelas conversas sempre animadoras e pelo acolhimento durante as disciplinas.

Agradeço ao pessoal da Casa da Memória – Avany e equipe - por todo o trabalho de disponibilização de materiais e pela convivência nas muitas horas que passei por lá.

Sou muito grata a todos os amigos e amigas da Salvemos o Bosque da Casa Gomm, em especial ao Luca Rischbieter, Mathieu Bertrand Struck, Geraldo Pougy, Samuel Ferrari Lago, Diogo Coneglian, Andrea Lúcia Guimaraes, pelos anos de mobilização para a criação do Parque Gomm e que me inspiraram a levar esta experiência para a academia.

Aos meus colegas e alunos da Universidade Tecnológica Federal – UTFPR, agradeço a compreensão durante o período que estive docente no curso de arquitetura e urbanismo, o qual me dediquei o máximo que pude embora dividida com os afazeres do mestrado. Em especial, agradeço aos meus colegas de docência, Hermínio Antônio Pagnoncelli, Simone Aparecida Polli, Márcia Ferreira Prestes, Stella Maris Bezerra, e Yumi Yamawaki pela convivência em sala de aula.

Às minhas queridas orientandas e orientandos pela construção do conhecimento científico de forma crítica e amorosa (Andressa Mendes, Diogo Saboia, Débora Vedovato, Majida Rahall, Johanne Lourenço, Maria Luiza de Souza, Beatriz Cancian da Silva, Gustavo Machado, Mariana Meletti Veras e Sara Machado). Sou grata por ter praticado o papel de mestre-aprendiz com cada um de vocês. Em especial, agradeço à Halanna Kevilyn Fonseca e a Isabela Borghetti

Miranda pela ajuda na produção e nas reflexões durante a dissertação. Um agradecimento especial à Mia Hiromi pela disponibilidade em me apoiar no que fosse preciso, e no empréstimo dos livros.

Aos meus amigos e familiares, agradeço o apoio durante esses dois anos, pela compreensão pela minha ausência em momentos importantes. Em especial, à Olivia Braschi pela convivência diária, pela sua paciência comigo durante todo o processo do mestrado.

Agradeço à família Reck pelos anos de convivência, pelo incentivo à prática da docência e também na escolha de aprofundar meus estudos.

Ao Bernardo Keller Richter por todo o ensino e apoio no uso de um novo software, pela empatia e conversas significativas sobre a vida acadêmica e além dela.

Em especial, agradeço aos meus pais e irmão pelo incentivo e apoio incondicional durante esse processo, e por sempre estarem torcendo por mim mesmo quando minhas decisões não parecem ser as mais corretas.

Queríamos fazer um conjunto, bem.
Queríamos ir juntos à cidade, muito bem.
Só que, à medida que a gente ia caminhando,
quando começamos a falar dessa cidade, fui percebendo
que os meus amigos tinham umas ideias bem esquisitas
sobre o que é uma cidade.

A cidade ideal. Chico Buarque

O futuro não é um lugar para onde estamos indo,
é um lugar que estamos criando.
O caminho para ele não é encontrado, mas construído.
E o ato de fazê-lo muda tanto o realizador,
quanto o destino.

Antoine Saint' Exupéry

RESUMO

As Jornadas de Junho de 2013 — período de manifestações por todo o Brasil que tiveram como pauta originária o aumento da tarifa de transporte coletivo e, posteriormente, deram voz a diversas demandas —, revelaram a crise urbana vivida nas grandes cidades brasileiras. Em Curitiba, neste período, emergiu o coletivo “Salvemos o Bosque da Casa Gomm” (SBCG) com a mobilização em torno da ameaça da supressão de um bosque nativo remanescente em área pública central de Curitiba para se transformar em uma via de acesso a um *shopping center*. A fim de entender o fenômeno, o objetivo desta pesquisa é a análise do conflito urbano manifestado no Bosque da Casa Gomm, com ênfase nos agentes sociais envolvidos, a forma de sua participação na disputa, o repertório utilizado ao longo do processo, e as relações estabelecidas entre sujeitos e objetos. Ao longo da investigação que teve como premissa a produção social do espaço na cidade capitalista contemporânea, buscamos abordar a realidade concreta que se manifesta nesse processo, a qual foi — e ainda é — historicamente construída e resultante de múltiplas determinações. Diante disto, optamos em realizar uma análise qualitativa por meio de estudo de caso, no qual o processo metodológico escolhido foi a Epistemologia Crítica do Concreto (ECC), no qual utilizamos a pesquisa documental como estratégia para a aproximação precária, e a Análise de Conteúdo (AC) para a sistematização e exploração das informações oriundas dos eventos realizados pela SBCG. A partir de categorias utilizadas pelo Observatório de Conflitos de Curitiba para a análise de conflitos, pudemos verificar que o conflito urbano expresso no contexto do Bosque da Casa Gomm é composto de três “subconflitos” que são “Crie o Parque Usando Ele”, “Laboratório Agrícola a Céu Aberto” e “Tudo que iria para o Lixo pode ser Ressignificado”, e cada um deles coloca objetos em disputa, sejam de caráter simbólico quanto material da produção do espaço. Ao longo da disputa, é possível visualizar que esses “subconflitos” compõem uma perspectiva mais ampla que questiona a produção do espaço, a qual chamamos de “meta-conflito” nominado de “Nova Política Urbana que Reumanizará a Cidade”. Neste sentido, podemos observar que, embora Curitiba seja reconhecida internacionalmente como a capital ecológica e o discurso do planejamento urbano como modelo de eficiência, pudemos mostrar que as contradições da produção capitalista do espaço também estão presentes na capital paranaense, produzindo segregação, desigualdade, ilegalidade, e exclusão socioespacial. Ademais, o conflito também se revela como uma busca pelo reconhecimento das atividades realizadas no espaço do Bosque da Casa Gomm como expressão de uma “outra cidade” almejada pelos manifestantes, a qual preza pela igualdade entre os cidadãos não fazendo distinção econômica, social, cultural e espacial daqueles que desejam utilizar o espaço público como lugar de cidadania e local privilegiado para o exercício da democracia.

Palavras-chave: Conflitos urbanos. Produção Social do Espaço. Globalização. Planejamento Estratégico Urbano. Salvemos o Bosque da Casa Gomm.

ABSTRACT

The Journeys of June - a period of protest movements throughout Brazil in June/2013, which was motivated initially by an increase in public transportation fares and, later, gave voice to several demands -, revealed a living urban crisis in large Brazilian cities. In Curitiba, the collective "Salvemos o Bosque da Casa Gomm" (SBCG) emerged with the mobilization around the threat of suppression of a remaining native forest to become an access road to a Mall in a central area of Curitiba. In order to understand these events, the objective of this research is to analyze the urban conflict manifested in Bosque da Casa Gomm, with emphasis to the social agents involved, their form of participation in the dispute, the repertoire used throughout the process, and the relationships established between subjects and objects. Social production of space in contemporary capitalist cities is used as a premise throughout the investigation aiming at the concrete reality that manifests itself in this process, which was - and still is - historically constructed and the result of multiple determinations. Considering this, we decided for a qualitative analysis through a case study, in which the methodological process chosen was the Critical Epistemology of Concrete (CEC), in which we used documentary research as a strategy for precarious approximation, and Content Analysis (CA) for the systematization and exploitation of information from events held by SBCG. Based on categories used by the 'Conflict Observatory of Curitiba' for conflict analysis, we could verify that the urban conflict expressed in the context of Bosque da Casa Gomm is composed of three "sub-conflicts" which are "Create the Park Using It", "Open Sky Agricultural Laboratory" and "Everything that would go to the Garbage can be Redefined", and each of them puts different objects in dispute, whether of symbolic aspects or material characters of the space production. Throughout the dispute, it is possible to see that these "sub-conflicts" compose a broader perspective that questions the production of space, which we call the "meta-conflict" called "New Urban Policy that will Rehumanize the City". In this sense, although Curitiba is internationally recognized as the ecological capital and the discourse of urban planning as an efficiency model, we could show that the contradictions of the capitalist production of space are also present in the capital of Paraná, producing segregation, inequality, illegality, and socio-spatial exclusion. Furthermore, the conflict also reveals itself as a search for the recognition of the activities carried out in the space of Bosque da Casa Gomm as an expression of 'another city' desired by the protestors, which values equality among citizens, making no economic, social, cultural and spatial distinction of those who wish to use public space as a place of citizenship and a privileged place for the exercise of democracy.

Key words: Urban Conflicts. Social Production of Space. Globalization. Strategic Urban Planning. Salvemos o Bosque da Casa Gomm.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Marcha de 20 de Junho de 2013, na Rua André de Barros (Curitiba/PR)	17
Figura 2 – Estrutura do Capítulo 2	26
Figura 3 - Patrimônio cultural, no bairro do Batel (Curitiba/PR).....	46
Figura 4 - Localização dos <i>shoppings centers</i> na RMC, por década de implantação.	50
Figura 5 - Implantação de <i>shoppings centers</i> na região batel-centro, por década de implantação.....	51
Figura 6 - Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo no bairro Batel e adjacências.	52
Figura 7 - Castelinho do Batel	53
Figura 8 - Edificações com uso habitacional	54
Figura 9 - Edificações de uso comercial / serviços.....	54
Figura 10 - Mapa de Valor da Terra x Áreas Verdes.....	55
Figura 11 - Valor do solo (R\$/m ²) e Áreas Verdes – Bairro: Batel e Centro.....	56
Figura 12 - Local de origem dos conflitos ambientais na RMC.	59
Figura 13 - Relação entre renda x origem dos conflitos x áreas verdes.....	60
Figura 14 - Renda x áreas verdes x origem dos conflitos ambientais – bairro: Centro e Batel.....	61
Figura 15 - Localização do Bosque da Casa Gomm (Curitiba/PR) e a proposta Viária de Ligação das Ruas Desembargador Costa Carvalho e Francisco Rocha.....	67
Figura 16 - Projeto do Parque do Batel (1987).....	72
Figura 17 - Localização da Casa Gomm e do Bosque Luiza Gomm, em 1990 e 2013, respectivamente.....	76
Figura 18 - Objetos de disputa.	79
Figura 19 - Categoria de objetos	82
Figura 20 - Manifestação pelo acesso ao espaço público.....	83
Figura 21 - Protesto reivindicando a criação do parque.....	83
Figura 22 - Evento em comemoração ao aniversário de Curitiba.....	84
Figura 23 - Relação entre agentes e sua forma de participação.....	87
Figura 24 - Repertório de ação.....	89
Figura 25 - Subconflitos	94
Figura 26 - Relação entre agentes x repertório x subconflitos	95

Figura 27 - Relação entre subconflitos e categorias de análise98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Correlação entre objeto e categoria de objeto.	85
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AC	- Análise de Conteúdo
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
CMC	- Câmara de Vereadores de Curitiba
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CEPHA	- Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
ECC	- Epistemologia Crítica do Concreto
FLTC	- Frente de Luta pelo Transporte Coletivo
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba
MCidades	- Ministério das Cidades
OCC	- Observatório de Conflitos de Curitiba
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PSC	- Partido Social Cristão
PT	- Partido dos Trabalhadores
PV	- Partido Verde
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SBDG	- Salvemos o Bosque da Casa Gomm
SMMA	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMU	- Secretaria Municipal de Urbanismo
SETRAN	- Secretaria de Trânsito
TAC	- Termo de Ajuste de Conduta
UIP	- Unidade de Interesse de Preservação
URBS	- Companhia de Urbanização de Curitiba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS	19
1.2 METODOLOGIA.....	19
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS	26
2.1 PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO	27
2.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA	33
2.2.1 Conflitos intrínsecos aos processos sociais e às contradições estruturais das relações de produção do espaço	36
2.2.2 Conflitos intrínsecos às relações sociais em função da percepção e/ou representação das diferenças e/ou distinções (lutas por reconhecimento)	40
3 O ESPAÇO EM DISPUTA	44
3.1 OCUPAÇÃO URBANA DE CURITIBA: DESDOBRAMENTOS DO TERRITÓRIO DE 1850 ATÉ A CONTEMPORANEIDADE.....	44
3.2 SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA METRÓPOLE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA	62
4 SALVEMOS O BOSQUE DA CASA GOMM: O QUE QUEREMOS?	66
4.1 HISTÓRICO, CONTEXTO E PROTESTOS	66
4.2 HISTÓRICO DA “CASA GOMM”	71
4.3 ANÁLISE DA “SALVEMOS O BOSQUE DA CASA GOMM”	77
4.3.1 Objetos em disputa	78
4.3.1.1 Categorias dos Objetos	81
4.3.2 Sobre os agentes	86
4.4 OS CONFLITOS NO CONFLITO	91
4.4.1 Os subconflitos.....	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Quinta-feira, 06 de junho de 2013, eu estava em São Paulo para um curso e aproveitei para encontrar meu amigo, diretor executivo da Rede Nossa São Paulo¹, e agradecer a carta de recomendação para o processo seletivo do curso de pós-graduação em "Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais" na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Peguei o metrô na estação da Vila Madalena em direção a Jabaquara, e chamou a atenção que a plataforma de embarque e o vagão em que embarquei estavam quase vazios. No outro dia, já em Curitiba, na hora do almoço, vejo o jornal e a notícia do dia anterior sobre a manifestação do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa do transporte coletivo de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Esse ato era um entre outros realizados em várias cidades brasileiras, como Porto Alegre (27/03), Natal (15/05), Salvador (02/06), Zona sul de São Paulo — M'Boi Mirim (03/06) e Goiânia (06/06). Em Curitiba, os protestos começaram em 13 de junho, seguidos pelos atos dos dias 14, 17 e 20 de junho. Tive oportunidade de participar dos três atos.

Vi a divulgação do primeiro deles através Facebook, curiosa sobre como seria o protesto, já que nunca havia participado de evento similar. Ao segundo evento, programado para ser um ato estacionário (não uma marcha), fui de prancheta e questionário na mão para entrevistar os participantes a fim de entender suas motivações e traçar o perfil dos manifestantes. Choveu muito naquela noite. Devo ter feito no máximo umas 20 entrevistas, das quais nunca compilei os dados obtidos, fruto da frustração da baixa eficiência na coleta e das respostas aparentemente aleatórias.

Após essa experiência, quis participar de perto do grupo que articulava e mobilizava os protestos. Participei das reuniões da Frente de Luta pelo Transporte

¹ A Rede Nossa São Paulo (RNSP) é uma organização da sociedade civil fundada em 2007, que atua em parceria com diversos segmentos da sociedade na proposição e construção de uma agenda e um conjunto de metas que apoie a gestão pública na formulação de políticas visando uma cidade de São Paulo justa, democrática e sustentável. Apartidária, tem a atuação pautada pelo combate à desigualdade, pela promoção dos direitos humanos, pela participação e controle social, e pela transparência e respeito ao meio ambiente (RNSP, 2019).

Coletivo (FLTC)² e do ato do dia 20, após termos redigido uma carta ao prefeito Gustavo Fruet pedindo uma reunião que nunca aconteceu. Neste dia, mais de vinte mil pessoas foram às ruas de Curitiba com reivindicações que iam além da questão da tarifa do transporte coletivo.

Figura 1 - Marcha de 20 de Junho de 2013, na Rua André de Barros (Curitiba/PR)



FONTE: Rodrigo Félix/Metro Curitiba (2013).

Confesso que essas experiências foram, por um lado, muito interessantes, pois pude vivenciar de perto um movimento horizontal, sem lideranças, com uma pauta clara. Ao mesmo tempo em que, com a diversidade de pautas que foram somadas às vozes sobre o aumento da tarifa, na época, pareceu que justamente a falta de liderança e a organicidade não dariam conta de avançar com as agendas e obter resultados significativos. Além disso, como estava estudando uma perspectiva institucionalista da democracia, não conseguia compreender como a manifestação poderia incidir sobre os espaços institucionalizados, nem como as demandas poderiam ser consideradas no processo de decisão.

Continuei meus estudos com enfoque em democracia participativa e, em novembro de 2013, conheci o movimento "Salvemos o Bosque da Casa Gomm"

² Coletivo formado por diversos segmentos (como o estudantil, sindical, partidário) e movimentos (Marcha da Maconha, Marcha das Vadias etc.), que liderou os protestos contra o aumento da tarifa em Curitiba, em 2013.

(SBCG), em Curitiba. Naquele momento, o coletivo reivindicava a abertura dos portões da área pública municipal, atrás do *shopping* Pátio Batel, para ser usufruída pelos cidadãos. Desde então, me envolvi na causa, participando das atividades do coletivo, desde os encontros comunitários aos sábados e reuniões estratégicas da liderança do movimento, até a formalização³ do espaço como parque, em 2016.

Quando terminei a especialização — na qual produzi um trabalho sobre o potencial deliberativo e participativo do processo de revisão do Plano Diretor —, muitos questionamentos borbulhavam em minha cabeça, especialmente por perceber que a cidade vivenciada era muito diferente da cidade planejada, da cidade vivida e da cidade disputada. Participar da SBCG foi uma experiência que me proporcionou vivenciar um processo de disputa no qual eu não estava responsável por nenhum instrumento de planejamento urbano (atividade que exerci profissionalmente por alguns anos). Esse "papel" de cidadã e não de urbanista, fez com que refletisse sobre se existe mesmo separação entre vida pessoal e profissional, pois, claramente, muito da curiosidade que me levou ao movimento foi a questão urbanística da disputa. Entretanto, nem sempre precisei de conhecimentos técnicos para as narrativas e ações realizadas. Além disso, as pessoas que participavam das atividades comunitárias eram muito diversas entre si, desde o bairro de sua moradia, concepções políticas e partidárias, até as motivações para estarem ali. Então, percebi que a inexistência de uma reivindicação única daquele espaço não era uma questão para a maioria das pessoas, porém a convivência as unia.

A formalização da área como parque, em agosto de 2016, foi concomitante ao início da minha atuação como docente no ensino superior. Desde então, as reflexões que fazia sobre o processo de criação do Parque, a atuação da SBCG, os sujeitos e interesses envolvidos me acompanharam durante as aulas, especialmente na busca de tentar oferecer aos alunos um ambiente de aprendizagem crítica, questionando o papel do arquiteto urbanista na sociedade e produção da cidade.

Assim, surgiu a intenção de trazer para o âmbito acadêmico a pesquisa sobre esse fenômeno que culminou no projeto de pesquisa e ingresso no curso de pós-graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³ Decreto no. 644/2016 – dispõe sobre a criação e denominação do “Parque Gomm” (CURITIBA, 2016).

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre agentes, objetos de reivindicação e repertórios de ação na configuração dos conflitos urbanos associados ao movimento “Salvemos o Bosque da Casa Gomm” (SBCG). Para atender ao objetivo geral, tenho como objetivos específicos:

1. Apresentar um histórico da produção social do espaço, com ênfase no bairro Batel e no local onde se manifesta o conflito;
2. Identificar os conflitos presentes no movimento do Bosque Gomm;
3. Reconhecer os objetos reivindicados pela SBCG;
4. Descrever os agentes envolvidos na disputa e entender suas relações;
5. Visualizar o repertório utilizado nos protestos;
6. Analisar a relação entre os agentes, os objetos de reivindicação e os repertórios de ação na configuração do conflito em análise.

1.2 METODOLOGIA

A escolha do Bosque da Casa Gomm como objeto de pesquisa teve duas motivações: a experiência comunitária que vivi como cidadã e ativista no processo de mobilização para a criação do Parque Gomm, e a curiosidade em entender a produção do espaço de uma perspectiva de análise diversa à visão urbanística, a qual é oriunda da minha formação acadêmica.

Com o início e avanço da pesquisa, procurei superar a crença na neutralidade do pesquisador, compreendendo que não é possível negar a experiência vivida ao mesmo tempo em que esta não é a verdade a ser buscada. Então, se a realidade existe, independente do sujeito que a analisa, ou seja, o real concreto, então foi necessário estabelecer um método para a investigação, o concreto pensado.

Avançando no sentido do concreto pensado, é necessário considerar a afirmação de Bardin (1977) sobre a importância de romper com as concepções prévias sobre o objeto, bem como com o senso-comum, ou seja, o conhecimento culturalizado como verdadeiro, a verdade não questionada (doxa). A ruptura não é uma negação do que já foi produzido historicamente, é uma ruptura com o

conhecimento do sujeito adquirido previamente. Neste ponto, a afirmativa acima se aproxima da vigilância epistemológica preconizada por Bourdieu *et al.* (1999), quando eles evidenciam a necessidade de romper com as noções imediatas, colocando o pensamento em questão para, assim, a ilusão do saber imediato se superar pelo fato conquistado. Desta maneira, segundo estes autores, as condições de produção do conhecimento sociológico devem seguir três princípios: 1) princípio da ruptura; 2) princípio da não consciência e 3) princípio da primazia das relações. Com eles a construção do fato social deve ser conquistada, construída e constatada, observando-se as hierarquias dos atos epistemológicos (BOURDIEU *et al.*, 1999, p. 13). A busca da ruptura dos conhecimentos pré-existentes sobre meu objeto de estudo foi importante no processo de investigação, pois, ciente de que ela não é o registro do processo vivido, mas um recorte da realidade (que tem primazia sobre a minha própria experiência), as rupturas me ajudariam a pensar e visualizar aspectos sobre meu objeto que até então não seriam possíveis.

Como metodologia de investigação, utilizei a Epistemologia Crítica do Concreto (ECC) para a aproximação com a realidade (real concreto) a fim de construir o objeto (real pensado). Assim, reconhecendo as bases do conhecimento existente — como a produção do espaço, espaço público e conflitos urbanos —, utilizei estes fundamentos para orientar a pesquisa a partir da observação da realidade, a fim de identificar como essas categorias poderiam apoiar explicações apropriadas à apreensão da realidade pela via do pensamento.

Faria (2015) sugere três momentos fundamentais da pesquisa, os quais não são um roteiro, mas uma reflexão sobre o processo da relação do pesquisador com o seu objeto. Cada momento da pesquisa

é constituído de um conjunto de ações interativas entre pesquisador e o seu objeto, e não há uma sucessão predefinida de eventos tais que de um momento a outro haja uma passagem linear, natural e automática. O pesquisador evolui de um momento a outro quando supera as limitações de cada momento anterior, porém não de forma sucessiva (FARIA, 2015: p. 16).

Neste sentido, o autor afirma que a proposição de três momentos de uma pesquisa em ECC tem o real como primazia, ou seja, é necessário que o pesquisador estabeleça quantas aproximações forem necessárias com seu objeto para que ele possa apreender a realidade em sua totalidade cognoscível. Os três

momentos são denominados pré-sincrético, sincrético e sintético, e podem ser classificados em três categorias de análise: a aproximação precária, a aproximação deliberadamente construída, e a apropriação do objeto pela consciência (FARIA, 2015, p. 29).

Neste primeiro momento, realizei pesquisa documental na Casa da Memória de Curitiba, também leitura de periódicos e livros, e coletei documentos referentes à Ação Civil Pública estabelecida no espaço em estudo. A pesquisa documental foi a base para que ordenasse essas informações de modo a entender o contexto sociopolítico do conflito em análise, resgatando a produção histórica do espaço em disputa.

Em um segundo momento, ao realizar o estudo de caso, optei pela Análise de Conteúdo (A), a qual consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas, conforme afirma Bardin (1977), "de um leque de apetrechos", configurando-se um conjunto de técnicas de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações que tem por finalidade a descrição do conteúdo das mensagens e sua interpretação, utilizando-se de indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 36, 38, 42).

Assim, prossegui com a aproximação precária do objeto do estudo de caso a fim de investigar os conflitos existentes, os objetos em disputa, e os agentes envolvidos, com foco especial no movimento Salvemos o Bosque da Casa Gomm. A primeira aproximação foi por meio de notícias veiculadas em jornal de circulação local (Bem Paraná), que foi selecionado sob o pretexto da cobertura de fatos cotidianos da cidade. No período entre 20 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2016⁴, foram publicadas 16 reportagens diretamente relacionadas ao conflito manifestado no Bosque da Casa Gomm. Por meio da sistematização do conteúdo veiculado pelo jornal, observei que o(a) autor(a) das notícias exercia um papel de locutor, trazendo seus valores e interpretações sobre o fenômeno, o que dificultava a

⁴ O recorte temporal é embasado a partir do entendimento que o processo de disputa do Bosque da Casa Gomm se estabeleceu dentro de uma conjuntura político-econômica-social específica, portanto, única. Neste sentido, é possível afirmar que, com a mudança do quadro da gestão municipal, as relações entre os agentes possivelmente mudaria e, conseqüentemente, suas relações de poder.

análise dos interesses dos agentes envolvidos na disputa. Portanto, após a aproximação deliberadamente construída, optei em repensar a fonte das informações a serem analisadas. Por fim, escolhi analisar os eventos publicados na página da SBCG na rede social Facebook, principal ferramenta de comunicação utilizada para a mobilização de apoiadores, considerando que, desta maneira, estaria obtendo informações diretamente da fonte, sem “intermediários”. Portanto, na etapa preliminar foram analisados 139 eventos publicados na página do movimento no mesmo recorte temporal citado anteriormente (20/06/2013 a 31/12/2016). A sistematização e análise dos dados foram realizadas utilizando o software Atlas TI, ferramenta utilizada para pesquisas com abordagem qualitativa que permite estabelecer relações entre os elementos analisados.

Esta investigação utilizou o método Estudo de Caso, o que se justifica por sua adequação à investigação de questões qualitativas de um fenômeno social, bem como por proporcionar insumos que dão suporte à descrição aprofundada deles. Em resumo, o método Estudo de Caso é uma investigação empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”, permitindo, assim, que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (YIN, 2009, p. 24, 39).

O estudo sobre os conflitos urbanos parte da premissa de que a história é fruto da dialética da luta de classes e os confrontos entre os detentores do capital e aqueles que os produzem com o seu trabalho. Embora a história seja contada predominantemente pelas classes dominantes utilizando discursos hegemônicos, eles não são exclusivos. Desta maneira, os estudos sobre conflitos urbanos se justificam pela centralidade em apresentar a perspectiva da resistência presente no curso da história, indicando singularidades e particularidades que configuram essas dinâmicas associadas à realidade do cotidiano urbano. Portanto, os conflitos se configuram em chaves de leitura dos processos de resistência (POLLI *et al.*, 2019).

Curitiba, historicamente, construiu uma imagem que se difunde de forma abstrata, descolada da vida real, invisibilizando as contradições, injustiças e desigualdades presentes nas dinâmicas de produção capitalista do espaço urbano.

Esta pesquisa se desenvolve utilizando como base o trabalho de identificação, classificação e disponibilização de informações georreferenciadas sobre lutas urbanas, movimentos sociais e as diversas formas de manifestação da

conflitualidade no contexto de Curitiba e municípios do Núcleo Urbano Central (NUC) realizado pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, utilizando o Mapcon (Mapeamento de Conflitos) como banco de dados para catalogar os eventos de protestos. Este observatório integra redes de pesquisa nacional e internacional e, originalmente, adotou os princípios teórico-metodológicos utilizados pelo projeto "Mapa de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro", entre os anos 2010 e 2014. Ao longo deste período, no desenvolvimento da pesquisa, limites da metodologia de registro foram evidenciados, os quais provocaram a necessidade de revisão dos instrumentos de análise a fim de dar conta da complexidade dos protestos catalogados, especialmente no que tange à identificação de cadeias de protestos e sequências de eventos, bem como superar os limites da análise de redes de manifestações, registro de múltiplos atores, categorização de objetos de conflitos e formas de manifestação (Souza; Faria, 2019, p. 27).

As principais inovações metodológicas propostas pelo Observatório de Conflitos de Curitiba estão relacionadas às unidades de análise e categorias de interpretação. Assim, Segundo Souza e Faria (2019, p. 33, 34), o Observatório de Conflitos de Curitiba utiliza seis categorias de análise dos conflitos urbanos, que são:

- Protesto: manifestação empírica do conflito (descrição);
- Conflito: confrontos (manifestos ou não) de dois ou mais agentes oponentes, relativos às condições de vida urbana, que incidem sobre a produção ou consumo da cidade;
- Agentes e Formas de Participação: os agentes são identificados (nomes) e, posteriormente, classificados de acordo com a forma de participação: i) instigador (mobilizado); ii) reclamado (a quem se dirige a manifestação); iii) apoiadores (apoio direto ou indireto no protesto); iv) opositores (contra quem se protesta); e v) afetados (não participam do protesto, mas são afetados direta ou indiretamente pela ação coletiva);
- Objeto: descrição sobre a motivação para a disputa e posteriormente categorizadas em: Energia e transporte, trânsito e circulação; Saúde; Educação; Acesso e Uso do Espaço Público; Parques, Jardins e Florestas; Lixo e Resíduos; Água, Esgoto e Drenagem; Legislação Urbana; Moradia; Segurança; Vizinhança; Espaço sonoro e visual; outros;
- Localização: indicação georreferenciada dos locais de origem e destino dos protestos nos 14 municípios do núcleo urbano central;

- Desdobramentos: descrição das consequências dos conflitos.

Considerando os objetivos pretendidos e os incrementos metodológicos apontados pelo Observatório de Conflitos de Curitiba, para esta investigação optei por aprofundar as categorias: objetos, agentes e formas de participação, e repertório de ação. A descrição mais detalhada sobre como os dados foram sistematizados está no Capítulo 4.3.

A estrutura da pesquisa está dividida em quatro capítulos, além da introdução. O Capítulo 2 apresenta a questão sobre produção social do espaço e as contradições decorrentes desse processo, evidenciando os discursos, práticas e agentes. Ao final do capítulo, abordamos duas categorias de análise dos conflitos urbanos, a fim de visualizarmos diferentes perspectivas sobre as motivações que fundamentam as lutas.

O terceiro capítulo é dedicado a apresentar o espaço em disputa, tanto pela perspectiva de produto das relações sociais (objeto) quanto produtor delas (fenômeno). Nele, apresentamos uma análise política e social do processo histórico de consolidação do tecido urbano de Curitiba, desde 1850 até a contemporaneidade, apresentando dados que demonstram como o local é relacionado às transformações urbanas ocorridas na capital paranaense, que contribuíram para existência de uma localização privilegiada e se tornasse objeto de disputa no final da década de 1980. Abordamos a questão da produção do espaço na metrópole contemporânea sob a perspectiva do planejamento estratégico e seus desdobramentos. Ao final, evidenciamos as contradições desta produção, encampando uma discussão sobre os conflitos ambientais em Curitiba e Região Metropolitana.

O quarto capítulo foi destinado ao estudo de caso do movimento “Salvemos o Bosque da Casa Gomm”, no qual apresento um breve histórico do espaço onde se manifesta o conflito, abordando questões históricas como a constituição do patrimônio cultural ali presente e a primeira disputa pelo local, ocorrida ao final da década de 1980. Em seguida, aprofundo a análise do movimento “Salvemos o Bosque da Casa Gomm”, onde são caracterizados os objetos em disputa, os agentes envolvidos e sua forma de participação, o repertório utilizado e as relações entre esses aspectos na configuração dos subconflitos manifestados pelo movimento.

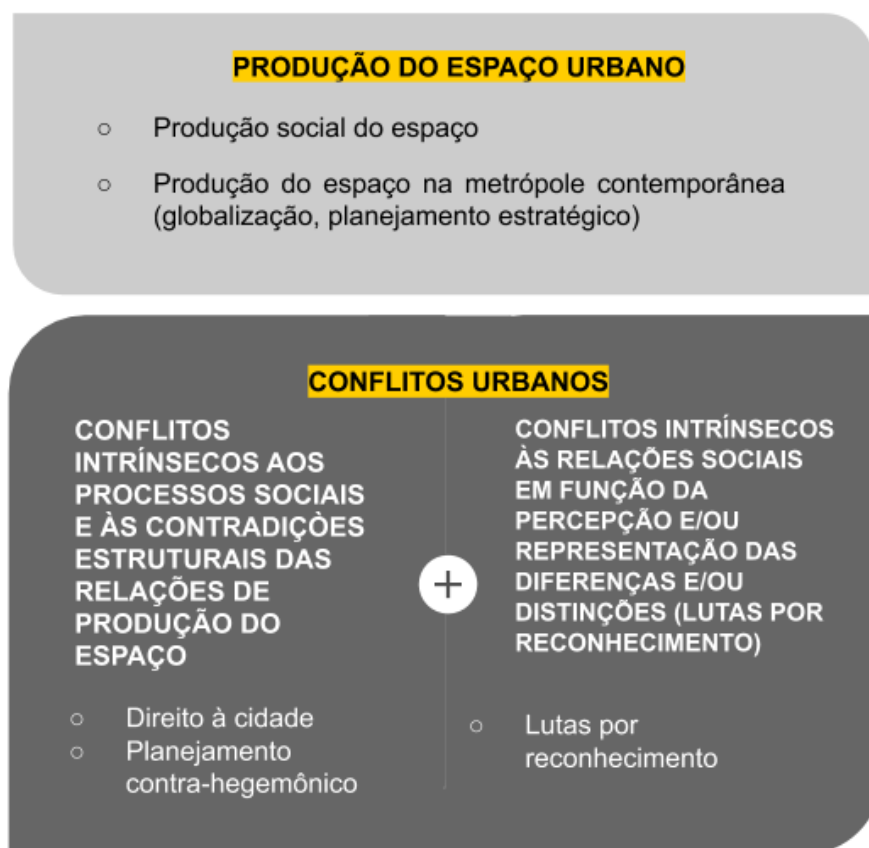
No quinto e último capítulo são apresentadas as considerações finais a respeito das análises desenvolvidas, onde pretendo sintetizar as motivações e relações estabelecidas no processo de disputa *no* e *do* Bosque Gomm.

Por fim, gostaria de justificar que optei por escrever a introdução em primeira pessoa no singular (eu) como forma de expressar o percurso de aprendizagem desta pesquisa: a construção do conhecimento crítico é histórica, ou seja, coletiva. Portanto, simbolicamente, a parte inicial da investigação apresenta a dimensão individual em suas aproximações sucessivas e precárias sobre a realidade. E nos capítulos subsequentes, assumo a forma verbal primeira pessoa no plural (nós) indicando a escolha epistêmica (prática-teórica) desta pesquisa e, também, como um convite para o leitor se incluir no processo da investigação sob uma perspectiva mais próxima do real-vivo e, portanto, inserido no real-pensado.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

Decidimos não dividir os capítulos em subcapítulos em razão de os assuntos estarem diretamente ligados e a sua exposição bastante vinculada, concluindo que a divisão poderia prejudicar a fluidez da leitura. Por isto, abordaremos dois tópicos ao longo do capítulo 2, que são: a Produção Social do Espaço Urbano e Conflitos Urbanos. A abordagem teórica e as referências que serão utilizadas ao longo do capítulo podem ser visualizadas na Figura 2.

Figura 2 – Estrutura do Capítulo 2



Fonte: a autora, 2020.

O foco de análise desta pesquisa são os sujeitos e suas relações no processo de produção do espaço público, não se concentrando, portanto, na análise do espaço físico em si (como o projeto do Parque Gomm, por exemplo), mas na realidade concreta que se manifesta nesse processo, historicamente construída e resultante de múltiplas determinações.

2.1 PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Como ponto de partida, escolhemos resgatar conceitos sobre a natureza do espaço realizados por Milton Santos (2017) na década de 90. A configuração territorial é composta pelo conjunto de sistemas naturais existentes e as adições realizadas pelo homem em uma determinada área geográfica, dotando-se de uma existência material própria. Entretanto, a configuração territorial não corresponde somente ao espaço, pois "sua realidade vem da sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima", portanto, é o fato das relações sociais que lhe confere a existência real como espaço (SANTOS, 2017, p. 62).

Colocando em perspectiva, o conjunto dos complexos naturais que embasam a configuração territorial vem sendo transformado pelas obras dos homens que, em decorrência deste processo histórico de negação do natural e sua transformação, substituiu-o por "uma natureza inteiramente humanizada" (SANTOS, 2017, p. 62). Essa substituição se dá por meio da introdução de objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados (como estradas, pontes, casas, portos), que conferem um caráter de máquina à natureza artificial construída, além de marcar o espaço com essas obras que também lhe conferem um conteúdo extremamente técnico (p.63).

Este enfoque geográfico considera os objetos como sistemas e não apenas como um agrupamento de artefatos, e é a combinação do seu uso pelos grupos humanos que os herdaram ou os produziram que confere sua utilidade atual, passada ou futura, a qual pode ter apenas um papel simbólico e/ou funcional (p. 73). A dinâmica que transforma o espaço está na interação dos sistemas de objetos e sistemas de ações onde os primeiros condicionam a forma como se dão as ações e, os segundos, levam à criação de objetos novos ou se realizam sobre objetos preexistentes. Neste sentido, o autor indica que

o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2017, p. 63).

Um conceito importante para o entendimento do espaço geográfico como uma questão social é sobre os 'meios de ação cristalizados', sobre os quais Santos

discorre a partir das ideias de Durkheim (1895), representados pelo conjunto de objetos culturais cuja significação modificam e formam a configuração geográfica (dado técnico). Como exemplo de meios de ação cristalizada, citam-se as leis que, apesar de terem sido criadas em momento anterior, permanecem e vigoram no presente (SANTOS, 2017, p. 67).

Ainda sobre esta relação, o autor enfatiza que, num primeiro momento, os meios de ação cristalizados são também formas sociais não geográficas; num segundo momento se transformarão em formas geográficas, pois o agir humano é a condição de existência dessa forma. Essa ideia reforça o conceito preconizado pelo autor do espaço geográfico como "a soma indissolúvel de sistema de objetos e sistema de ações" (SANTOS, 2017, p. 77).

A partir da compreensão da centralidade da ação, achamos necessário fazer uma distinção entre ato e ação. Santos (2017) citando Giddens (1978) aponta o ato como uma parcela de uma ação. Já a ação se configura como um conjunto de atos consecutivos dotados de propósito, indicando o deslocamento do ser no espaço, que produz como resultado a situação em que se insere. Quando o autor coloca luz sobre a distinção entre propósito (ambições de longo prazo) e intenção (prática diária), ele salienta que nem sempre os homens agem com fins precisos, definidos, claros. E vai além, afirmando que, em muitas ações que empreende, a escolha do homem comum é limitada, revelando que, frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação e não seu verdadeiro motor e "muitas ações que se exercem num lugar são produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra" (SANTOS, 2017, p.80).

Nesta perspectiva, considerando as limitações das escolhas - que podem ser tanto de consciência quanto relacionadas aos limites da própria ação -, é sempre a corporeidade o instrumento que possibilita a participação no processo de ação (SANTOS, 2017, p.81). As ações humanas, nem sempre ações racionais, que com frequência são tomadas a partir de uma racionalidade alheia, podem ter um caráter técnico (transformação da natureza pela técnica), formal (obediência aos formalismos) e simbólico (modelos gerais de significação e de representação), os quais são componentes do cotidiano. Assim, as ordens técnica e normativa se revelam como dados pelo seu caráter "racional". Por outro lado,

a força da transformação e mudança, a surpresa na recusa ao passado, vem do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma (SANTOS, 2017, p. 82).

Neste ponto, nos aproximamos do nosso objeto de estudo, uma vez que fica explícita a condição de que as ações realizadas pelos sujeitos são motivadas por necessidades que os conduzem à agir e levam às ações, embora os mesmos possam não ter plena consciência de suas escolhas e seus atos. Essas ações, em muitos casos, podem questionar e/ou enfrentar questões técnicas e normativas, revelando que o espaço é produzido "por uma conjunção particular de processos materiais e de processos de significação" (SANTOS, 2017, p. 83). Portanto, nossa investigação se baseia em uma teoria da ação, ou seja, destina-se a compreender e explicar as ações humanas, elucidando as suas relações com o mundo físico e social. Assim, pretendemos entender as relações durante o processo de disputa, conferindo-lhes sentido, pois

os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Há uma diferença entre dizer que o espaço não é uma causa e negar que ele é um fator, um dado. Admitir a "existência" do espaço não é ser "geodeterminista", como na crítica de Werlen (p. 6). Pois o valor do espaço não é independente das ações que ele é susceptível de acolher (SANTOS, 2017, p. 86).

Um dos pontos de reflexão sobre a produção do espaço perpassa pela percepção do espaço pelo indivíduo, a qual tem como ponto de partida um processo de conhecimento que resulta na apreensão da realidade contida em um objeto (SANTOS, 2012, p. 92).

Mencionamos anteriormente que o interesse nesta pesquisa foi motivado por uma experiência individual. Portanto, a percepção individual sobre um determinado espaço originou um processo de conhecimento que teve como resultado a apreensão da realidade contida no objeto (neste caso, o Parque Gomm). Santos (2012, p. 93, 94) faz uma ressalva quanto à percepção individual que muitas vezes é esquecida: a simples apreensão da coisa é o entendimento que o objeto apresenta, mas não o que ele representa. Isto se deve ao fato de que "o objeto é resultado de

determinações paralelas e concomitantes da estrutura nua e da ideologia. Esta, contida no objeto, é dada pelo funcional, simbólico" (2012, p. 94). Essa ressalva revela uma questão importante, a qual se refere ao fato de que o "conhecimento" imediato só pode ser assim reconhecido justamente pela imediatização de um longo processo histórico e, por outro lado, o que parece simples agora, não era óbvio no passado e adquire o caráter de simplicidade como resultado de um processo de desenvolvimento. Neste ponto, ficam evidentes as condições de produção dialética e material do espaço, assim como do conhecimento, as quais pressupõem uma relação entre sujeito e objeto.

É importante ressaltarmos que, na geografia comportamental, assume-se que os comportamentos individuais são resultados de volições pessoais individuais e são esses comportamentos que contribuem para modelar o espaço. Esta abordagem considera a liberdade de escolha como uma realidade, desconsiderando que a liberdade é condicionada ao nível de renda, de posição social, de oportunidades e de lugar, por exemplo. Ou seja, a situação do indivíduo é determinante na produção, ao mesmo tempo em que ele não pensa e age de forma liberta, sem padrões historicamente condicionados. Assim, Santos (2012, p. 96) conclui que "o espaço (...) é resultado de uma práxis coletiva que reproduz relações sociais".

Neste sentido, o autor esclarece a relação entre práxis individuais e práxis sociais quando se utiliza do termo "sociedade civil" para indicar que ele supõe a subordinação das práxis individuais às práxis coletivas precedentes (impostas pela estrutura da sociedade) (SANTOS, 2012, p. 95). E conclui que,

o espaço evolui com o movimento da sociedade total. Quando o indivíduo, exercitando o que lhe cabe de liberdade individual, contribuiu para o movimento social, práxis individual pode influenciar o movimento do espaço. Sua influência, entretanto, será sempre limitada e subordinada à práxis coletiva (SANTOS, 2012, p. 96).

Fica evidente a relação dialética não dual entre indivíduo e coletivo na qual o comportamento individual é conjuntural, condicionado e limitado e que não muda a situação do agente, mesmo se este for um agente de mudança (p. 96).

O autor também pontua a relação entre a ação e os objetos da ação pelos agentes, evidenciando que

quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados (SANTOS, 2017, p. 109)

Neste ponto, optamos por abordar a produção do espaço sob uma perspectiva que versa sobre as relações sociais como estruturantes deste processo. Lefebvre descreve o contexto histórico do período em que escreveu o livro “A Produção do Espaço” (1974) mostrando que as discussões sobre as teorias do espaço e da prática espacial perpassavam por ideologias que iam desde o cosmológico ao humano, das funções do espaço às estruturas, interpenetrando o saber racional que embasava a planificação espacial na França, a qual se propunha a “produzir um espaço nacional harmonioso, por um pouco de ordenação na urbanização ‘selvagem’, apenas obedecendo à procura de lucros” (LEFEBVRE, 2000, p. 4). Diante desse cenário, o autor se propõe a construir um entendimento que considera tanto o espaço como o tempo, produtos e não mais como fatos da natureza nem da cultura. Neste sentido, a produção do espaço é considerada um efeito da ação das sociedades sobre os aspectos principais da primeira natureza (mãos ou máquinas), deixando de considerar tempo e espaço como objetos e coisas insignificantes. Desta maneira, espaço e tempo produzidos podem ser trocados, vendidos, comprados como coisas e objetos.

Quando o autor evidencia a produção do espaço sob a perspectiva das questões urbanas, ele denuncia os efeitos desastrosos da urbanização naquele período — processo massivo e selvagem, sem racionalidade nem originalidade —, configurou-se como estratégia de maximização de ganhos, em nome de uma dita “modernidade” (LEFEBVRE, 2000, p. 6). Assim, era imprescindível pensar a cidade a partir do lugar que ela ocupa, do qual ela se apropria (ou desapropria), evidenciando a relação cidade-campo que, naquela época, modificava-se em escala mundial.

A invenção da perspectiva, na Toscana, entre os séculos XIII e XIV pertence a um período onde a configuração do campo muda, do domínio feudal para o arrendamento, no qual os senhores feudais se transferem para a cidade, local de seus negócios. Com isso, a cidade também muda, com novos padrões arquiteturais, ascensão de uma nova classe, crescimento da produção e das trocas,

transformação econômica, todos aspectos da produção desse novo espaço (LEFEBVRE, 2000, p. 9,10).

A concepção do espaço como produto social revela seu caráter dialético: produto-produtor. À maneira que a interação ou retroação do produto (espaço) intervém na organização do trabalho produtivo, nos transportes e fluxos de matérias-primas e energia, ele (espaço) se modifica e se constitui como meio de reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 2000, p. 7). Ora, se o espaço tem relações com a propriedade, com as forças produtivas e na divisão do trabalho, ele pode ser vendido, trocado, tem valor de uso e valor de troca (p. 8). Desta maneira, "se o espaço social intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção". Fácil compreender: ele muda com "as sociedades" (...), portanto, há uma história do espaço" (LEFEBVRE, 2000, p.9).

Mais adiante, na década de 1920 e 1930, o autor cita o caso da Bauhaus para ilustrar como a produção do espaço pelo dito "moderno", figurado por Gropius e Le Corbusier, tinha como características homogeneidade-fragmentação-hierarquização, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Nesta perspectiva, a homogeneidade se configurava num conceito importante, pois o espaço homogêneo se fragmenta em lotes, parcelas, pedaços que, paradoxalmente, produzem guetos isolados, pseudoconjuntos mal ligados aos centros e ao seu entorno. Além disso, os espaços obedeceriam uma hierarquia estrita de espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, etc. Essa lógica curiosa negligenciou o conceito de modo de produção e também, sob a suposta homogeneidade, oculta as relações "reais" e os conflitos. Entretanto, atingiu uma espécie de generalidade no funcionamento da sociedade como um todo (LEFEBVRE, 2000, p. 11).

Outro ponto importante que Lefebvre evidencia é que esta perspectiva sobre a produção social do espaço permite estudos locais em diversas escalas, os quais, a partir de uma análise geral, podem inserir-se na teoria global. Assim,

se o local, o regional, o nacional e o mundial se implicam e se imbricam, o que se incorpora no espaço, os conflitos atuais ou virtuais, não estão nem ausentes nem eliminados (...) O territorial, o urbanístico, o arquitetural têm, entre si, relações análogas: implicações-conflitos. O que só se pode apreender se estiverem compreendidas as relações: lógica-dialética, estrutura-conjuntura (...). Essas relações, ao mesmo tempo abstratas e concretas, revelam uma "cultura" filosófica e política que deixa de lado essa "complexidade de lado" para buscá-la alhures (LEFEBVRE, 2000, p. 11, 12).

Neste ponto, gostaríamos de atentar para a constatação de que não se pode afirmar que a extensão espacial do modo de produção capitalista tenha sido ordenada desde a sua origem, pois desde o início foram utilizados os espaços existentes para o transporte, por exemplo, como os rios e mares e, posteriormente, as estradas, estradas de ferro, autoestradas e aeroportos. Entretanto, mesmo com a constituição de um novo espaço, nenhum meio de transporte se extinguiu completamente. Portanto, Lefebvre (2000, p.13) conclui que

o novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, ou seja, organiza para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas penetram uma espacialidade já consolidada, mas às vezes a subvertem com brutalidade (caso dos campos e paisagens rurais no século XIX).

No processo duplo de organização do espaço, onde a ordem anterior se decompõe com a ajuda de técnicas (dos centros às periferias), ao mesmo tempo em que a centralização e a concentração do processo servem ao poder político e material, as classes sociais ocupam este espaço de forma hierárquica (LEFEBVRE, 2000, p.14).

2.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

Em decorrência do modo de produção capitalista, num processo cheio de contradições e ligado ao conflito entre a divisão do trabalho em escala mundial, um novo espaço tende a se formar em escala planetária, em direção a uma outra ordem mundial mais racional que produz, como resultado, um espaço ao mesmo tempo homogêneo e fragmentado (LEFEBVRE, 2000, p.14, 15).

O espaço urbano produzido por meio da dinâmica descrita acima tem caráter de produto, assim, seu preço varia de acordo com: i) o seu valor de uso, que é dado pela presença e qualidade de infraestrutura, e sua localização na rede urbana; ii) pela procura por esse bem; e iii) pela regulação do Estado. Neste sentido, como as infraestruturas não são homogêneas pelo território, as localizações são diferenciadas e disputadas pelo mercado de acordo com as possibilidades de ganhos sobre esse produto. O Estado contribui com essa dinâmica à medida que realiza investimentos (implantação da infraestrutura) que contribuem para a valorização da terra em algumas regiões (FERREIRA, 2017).

Essa situação fica evidente quando observamos os bairros ocupados pelas burguesias que, em geral, são mais caros, pois estão em localizações servidas de infraestrutura (redes viárias, de transporte, de informação, de serviços, de água, saneamento, luz, sistemas de coleta de lixo, equipamentos), com melhores condições paisagísticas e de acessibilidade à rede urbana. Enquanto isso, as classes populares se concentram nas localizações menos infraestruturadas e acessíveis, mais afastadas e baratas (FERREIRA, 2017).

É importante destacar que o espaço urbano não pode ser produzido individualmente sendo, portanto, "fruto do trabalho social, pela mão do Estado ou com sua intermediação. Ela permite que se produzam localizações cuja qualidade depende da sua situação na rede e da sua inter-relação com o entorno" (FERREIRA, 2017).

Diante deste cenário, o discurso hegemônico versa que o planejamento urbano é uma prática que pode se contrapor à fragmentação, desigualdade e homogeneidade do espaço produzido. Entretanto, essa ideia não é realidade, nem nas metrópoles do norte global nem nas grandes cidades brasileiras. Os argumentos apresentados a seguir embasam essa constatação.

O planejamento estratégico urbano é um modelo que emerge no contexto do processo de globalização que, com o enfraquecimento dos estados nacionais, lança cidades a competirem com outras cidades para atrair capitais, turistas e mão de obra qualificada. Esse modelo tem origem no mundo corporativo (empresas privadas), que dissemina a ideia, tão forte nos dias de hoje, de que a gestão empresarial é uma solução para os "resultados" da ineficiência do Estado. Além disso, outro pensamento predominante neste campo surge da observação de que existe um mercado local competindo pelas localizações na rede urbana, ou seja, é natural que as cidades adotem uma atitude competitiva para ampliar suas possibilidades de ganhos nessa disputa. Essas ideias revelam as três lógicas simultâneas e complementares nas quais opera o planejamento estratégico: a cidade como mercadoria, a cidade como empresa, e a cidade como pátria (VAINER, 2007, p.1, 2).

Explicando melhor essa lógica: se a cidade é uma mercadoria a ser vendida num mercado competitivo de localizações, é preciso utilizar técnicas de marketing urbano para que os clientes (cidadãos, turistas, empresas, bancos) escolham por investir, passear, viver nesse local (VAINER, 2007, p.2). Ora, se a cidade-empresa está no mercado de localizações em competição com outras cidades-empresa, é

preciso que os gestores públicos adotem uma postura competitiva empresarial a fim de flexibilizar a burocracia e atender aos critérios de eficiência econômica e eficácia social. Dentro da perspectiva da competitividade, emerge um patriotismo cívico relativo a essa pátria urbana em disputa com outras cidades. Portanto, qualquer confrontação que se manifeste é uma ameaça ao sucesso. Assim, é preciso banir o conflito para que a cidade possa ter chances nessa competição mundial, culminando na construção da imagem de uma sociedade harmoniosa.

É necessário chamar a atenção para a negatividade que vai sendo construída em torno da política, tanto associada à ineficiência econômica que supostamente o Estado produz pela sua ação quanto à ineficácia social. Além disso,

a política, muitas vezes associada à “política partidária”, rebaixada à “política dos políticos”, é vista como terrível adversário, como grande ameaça à construção de estratégias vencedoras. É necessário banir o conflito para ter chances na competição. E banir o conflito significa, em primeiro lugar, banir a política do espaço urbano (VAINER, 2007, p. 3).

Nesse sentido, Vainer (2007, p. 3, 5) afirma que, a partir da perspectiva da cidade-empresa, a política é vista como uma ameaça, revelando o potencial despolutizador, antidemocrático e autoritário da ditadura empresarial, os quais, ao rejeitarem o conflito, escoram-se em três tipos de utopias: da cidade/sociedade harmônica, da sociedade/cidade silenciada e da sociedade consensual/negocial. A primeira, se apoia no igualitarismo e na ausência de conflituosidade como atributos dessa suposta harmonia, pois a igualdade e a homogeneidade dos indivíduos seriam condições para a prevenção plena e absoluta do conflito. O pressuposto que constrói a lógica da cidade silenciada é o da violência do poder, que também é o mecanismo utilizado para evitar que o conflito se manifeste. Por fim, a utopia da sociedade consensual se constrói a partir da perspectiva de que o conflito se expressa quando há interesses diversos que não foram/puderam ser negociados. Assim, essa utopia também pode ser nomeada como sociedade negocial, pois seu modelo se constrói sobre a ideia de mercado, na qual os agentes livres e iguais, possuidores de mercadorias, negociam e tomam decisões livremente. Nessa perspectiva, o conflito também é banido, desta vez não pelo exercício do poder autoritário, mas pelo poder negocial dos dominantes (VAINER, 2007, p. 3 a 5).

Neste ponto, faz-se necessário refletir sobre a perspectiva dos grupos dominados que, certamente, não compartilham das visões expostas acima. O

conflito aberto é o principal caminho para que os grupos sociais dominados se constituam como sujeitos coletivos no espaço público, logo, sujeitos políticos. Portanto, fica evidente porque o banimento da política se faz necessário para a utopia da cidade harmoniosa e silenciada que desencoraja sujeitos coletivos a disputarem seus interesses na cidade, "sem conflito, não podem os grupos e classes sociais dominados gerarem identidades, projetos coletivos, práticas coletivas, ação política" (VAINER, 2007, p. 6).

Diante do exposto e a fim de entender os conflitos urbanos por diferentes abordagens dentro do pensamento crítico da produção social do espaço, com base em Souza e Faria (2019, p. 27), propõem-se duas categorias de análise: i) conflitos intrínsecos aos processos sociais e às contradições estruturais das relações de produção do espaço, e ii) conflitos intrínsecos às relações sociais em função da percepção e/ou representação das diferenças e/ou distinções (lutas por reconhecimento).

É importante ressaltar que as categorias propostas são uma estratégia para a análise das dinâmicas de produção do espaço; entretanto, na realidade concreta, as dimensões que as compõem são imbricadas. Em outras palavras, não existe separação entre as lutas pelo Direito à Cidade, que se referem a modo de produção e a redistribuição, e as lutas por reconhecimento, que apontam problemas de outra natureza, como as questões de gênero, raça, etnia, religião, que estão imbricadas nas questões de classe e também se configuram como uma síntese das múltiplas opressões.

A seguir, apresentamos referencial teórico sobre as duas categorias, evidenciando, em negrito, os conceitos-chave para o seu entendimento.

2.2.1 Conflitos intrínsecos aos processos sociais e às contradições estruturais das relações de produção do espaço

A primeira categoria se estrutura a partir da cidade como lugar preferencial para a circulação e reprodução do capital, que configura o avanço das práticas neoliberais de produção do urbano como um negócio em si. Conforme vimos anteriormente, a produção de localizações é, ao mesmo tempo, o meio para a reprodução do capital — seja utilizando o planejamento estratégico, os grandes projetos urbanos, parcerias público-privadas, etc. —, e é também o resultado desta

mesma dinâmica, que por essência acaba produzindo a exclusão socioespacial de uma grande parcela da sociedade. Assim, um produto que é socialmente produzido, que não pode ser realizado individualmente, e que tem a face material do Estado protagonista dos investimentos para que as infraestruturas se estabeleçam, se transforma em um recurso que não tem seu acesso de forma democrática, produzindo cidades excludentes, segregadas, desiguais, informais e ilegais (FERREIRA, 2017).

Direito à Cidade

O Direito à Cidade como conceito surge de forma a materializar a discussão sobre a realidade urbana cotidiana na negação de direitos, especialmente aos ligados à questão urbana. Desta forma, temos a interpretação do Direito à Cidade como a garantia às populações de habitar, usar e participar da produção de cidades democráticas e sustentáveis, na promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais⁵. Entretanto, David Harvey apresenta outra perspectiva sobre o Direito à Cidade, que vai além da visão de direito ao acesso e uso da cidade, e discute esse direito a partir da premissa de que deveria haver liberdade na ação coletiva nos processos de urbanização. Neste sentido, a abordagem vai além da concepção do acesso aos recursos urbanos, e indica que o Direito à Cidade

é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados (HARVEY, 2013).

⁵ Esta interpretação sobre o Direito à Cidade considera a utilização do Plano Diretor Municipal e diversos institutos jurídicos e políticos apontados no Estatuto da Cidade como ferramentas adequadas para combater os processos promotores das desigualdades (AMANAJÁS; KLUG, 2018, p. 30). Entretanto, é possível visualizar que, mesmo com a institucionalização da política urbana no Brasil por meio dos artigos 182 e 183 na Constituição Brasileira de 1988 e, posteriormente com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, a incidência dos instrumentos jurídicos e políticos altera, em certa medida, as relações entre os agentes sociais embora não altere as dinâmicas pré-estabelecidas nos processos de urbanização dominantes no contexto das cidades capitalistas contemporâneas.

Tomando como base essa perspectiva, o autor enfatiza a necessidade de se pensar novos conceitos que desafiem a lógica hegemônica de mercado e os modelos dominantes de legalidade e de ação do Estado. Já vimos anteriormente que não é pelas vias do planejamento estratégico e nem pela criação de processos institucionais para a política urbana que o Direito a Cidade é conquistado; pelo contrário, essas instâncias se transformam em lugares de disputa para obtenção de progressos para as classes populares.

A ocupação dos espaços públicos pelas manifestações que inauguraram as Jornadas de Junho de 2013 e os "rolezinhos" nos *shoppings centers*, embora tenham contextos e naturezas diferentes, expressam os anseios de novas formas de produção do espaço quanto à apropriação dos espaços públicos da cidade, seja enquanto espaços de diversidade e do exercício da cidadania.

o descolamento entre o processo de construção do espaço urbano e as necessidades das pessoas (Rolnik, 2016) ou, ainda, as novas demandas por cidade (Maricato, 2016) ou a reivindicação do exercício do direito à cidade (Cafrune, 2016) podem ser explicações para os movimentos que aconteceram no Brasil, a partir de 2013. As cidades passaram a vivenciar manifestações por direitos de viver, usar e produzir o espaço urbano, que, na visão de Cafrune (2016), representam expressões da luta urbana que trazem outra perspectiva do direito à cidade.

Desde a década de 1960, os movimentos sociais urbanos utilizam o desenvolvimento de projetos alternativos que empregam instrumentos e linguagem técnica como estratégia para contestar planos oficiais, construindo, assim, um planejamento contra-hegemônico.

Planejamento contra-hegemônico

A fim de ilustrar essa prática no cenário brasileiro, escolhemos os conflitos urbanos decorrentes dos investimentos públicos impulsionados para a preparação das cidades para sediar megaeventos esportivos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016). Os investimentos públicos nos projetos locais dos megaeventos estão relacionados à expansão do mercado imobiliário, desta vez, de avanço sobre áreas pouco valorizadas da cidade (como favelas e loteamentos populares) embora em localizações estratégicas na busca da maximização de ganhos com a valorização fundiária, por exemplo.

Neste contexto, uma vez definidas as novas áreas de implantação de novos projetos, os agentes do mercado formam uma coalizão de forças com o Estado para criar condições de impor seu projeto de cidade. Em geral, os projetos são apresentados como uma oportunidade para a população, que será beneficiada com investimentos privados para o desenvolvimento urbano, e econômico e o discurso de consenso imposto como uma tentativa de invisibilização dos atingidos e dos impactos gerados (TANAKA, 2017, p.3).

Como contraponto ao discurso hegemônico, os Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas

foram espaços de coalizão de movimentos sociais, militantes e organizações de defesa de direitos humanos. Os Comitês se tornaram espaços de denúncias dos impactos dos grandes projetos urbanos associados aos Jogos, das violações de direitos humanos que vinham sendo mascaradas, e de quem realmente se beneficia. As resistências às remoções também ganharam força nesses espaços de denúncia (Tanaka, 2017, p. 4).

Assim, nos planos e projetos construídos através de formas democráticas e tecnicamente embasadas por comunidades, moradores de favelas e ocupações urbanas são utilizados como estratégias de lutas, na construção de um planejamento contra-hegemônico.

Tanaka (2017) apresenta o conceito de "*Community planning*" como uma das experiências autônomas de planejamento em contexto de conflito urbano. A autora utiliza a experiência norte-americana para ilustrar a origem dessa prática, em específico, a cidade de Nova Iorque que, na década de 1960, estava sob a égide de programas federais de renovação urbana, como o Programa Cidades Modelo (*Model Cities Program*). Capitaneados pelo planejador urbano Robert Moses, esses projetos promoviam a expulsão da população mais pobre para dar espaço à implantação de grandes obras viárias e grandes edifícios públicos.

Assim, movimentos e organizações trabalharam de forma associada em torno de questões de trabalho, direitos civis clamando por igualdade de direitos em comunidades formadas por minorias étnicas, pessoas de cor (não brancos nos Estados Unidos, negros/latinos) caracterizados pela pobreza e ameaças de despejos (TANAKA, 2017, p.5). Deste modo,

O *community planning*⁶ teria nascido como uma forma de se contrapor aos projetos de renovação urbana, apresentados pelo Estado respondendo aos interesses do mercado imobiliário, e seria uma forma de defesa dos direitos das pessoas de permanecer em suas comunidades. A proposição de planos locais, porém, teria se generalizado em cidades norte-americanas, nem sempre associadas a projetos transformadores (Tanaka, 2017, p.6).

No contexto brasileiro, foi a partir dos anos 1970, no âmbito da moradia social, que os movimentos sociais urbanos começaram a se aliar a profissionais e técnicos para projetos que confrontassem forças políticas e econômicas dominantes. Nesta época, também irrompem manifestações populares denunciando as péssimas condições do transporte urbano com a recorrência de atrasos e superlotações. Essas demonstrações já possuem um caráter mais organizado, resultado do arranjo entre moradores de bairros populares, favelas e trabalhadores que moram na periferia.

Segundo Tanaka (2017, p.7), essas experiências pioneiras originárias dos chamados "movimentos sociais urbanos" se tornam referência para as lutas na reivindicação por direitos à terra urbana e à moradia digna, na busca de legitimidade e reconhecimento social e na defesa do acesso aos serviços urbanos. Aqueles movimentos eram estruturados por meio de organizações de bairro assessoradas por arquitetos urbanistas de esquerda, orientados para o desenho de loteamentos e moradias. A essas experiências, a autora denomina "planejamento urbano em contexto de conflito".

É importante ressaltar que os agentes atuam de formas diferentes no processo de produção do espaço. Isso quer dizer que utilizam repertórios distintos e os efeitos também variam de acordo com quem os executa. No capítulo 3.2 abordaremos os repertórios nos conflitos urbanos.

2.2.2 Conflitos intrínsecos às relações sociais em função da percepção e/ou representação das diferenças e/ou distinções (lutas por reconhecimento)

A segunda categoria de análise proposta se refere à Luta por Reconhecimento. Fraser (2002) faz uma análise sobre o processo de transição pelo

⁶ A autora optou por manter o termo em inglês por não encontrar uma tradução precisa do "Community" para o português, uma vez que comunitário no Brasil teria um sentido diverso (Tanaka, 2018, p.04).

qual o capitalismo está passando, caracterizado pela passagem do período centrado na produção em massa, sindicatos fortes e normatividade do salário familiar, para uma fase pós-fordista, caracterizada pela produção voltada para nichos de mercado, pelo aumento das mulheres no mercado de trabalho e o declínio da sindicalização. Neste cenário, a autora aponta a emergência da dita "sociedade do conhecimento", baseada nas tecnologias de informação da terceira revolução industrial, superando, de certa maneira, a identidade de sociedade industrial baseada nas tecnologias de manufatura da segunda revolução industrial. E ainda destaca a transição para uma "ordem mundial globalizada em que os fluxos transnacionais do capital restringem as capacidades de governação dos Estados Nacionais soberanos" (FRASER, 2002, p. 7,8).

Diante do exposto, a autora afirma que a globalização está gerando uma nova gramática de reivindicação política centrada no reconhecimento, não mais na redistribuição. O argumento principal apoia-se na constatação da proeminência da cultura na nova ordem emergente. Diversos aspectos compõem essa afirmativa, como

na maior visibilidade dos trabalhadores "simbólicos", por contraste com os trabalhadores manuais, na economia global da informação; no declínio da centralidade do trabalho relativamente à religião e à etnicidade na constituição de identidades coletivas; na maior consciência do pluralismo cultural na esteira do aumento da imigração; na intensificação da hibridação cultural, fomentada não só por contatos pessoais transculturais, mas também pela comunicação eletrônica; na proliferação e rápida difusão de imagens pelas indústrias globais da publicidade e do entretenimento de massas; e, por último, como consequência de todas estas mudanças, numa nova consciência reflexiva dos "outros" e, por isso, uma nova ênfase na identidade e na diferença (FRASER, 2002, p.8).

Desta maneira, a autora se propõe a aprofundar os efeitos desta nova proeminência da cultura sobre a política e, portanto, sobre as perspectivas de justiça social (FRASER, 2002, p.8).

Nesta perspectiva, são as lutas de identidade e diferença, chamadas pela autora de Lutas por Reconhecimento, que definem a politização generalizada da cultura nesse contexto de globalização. Atualmente, muitos conflitos sociais são impulsionados pela reivindicação de reconhecimento como batalhas sobre multiculturalismo e as lutas sobre as relações sociais de sexo e sexualidade, campanhas pela soberania nacional e autonomia subnacional, bem como os esforços para construir organizações políticas transnacionais. Desta maneira,

mesmo se tratando de lutas heterogêneas, elas apontam para o declínio das políticas de classe — as quais reivindicavam igualdade econômica/ redistribuição igualitária —, para uma política de estatuto, a qual abarca outros eixos de subordinação, incluindo a diferença sexual, religião, sexualidade, etnicidade, "raça" e nacionalidade. Além disso, a justiça social alarga seu escopo que, além das questões de redistribuição, passa a abarcar questões de representação, identidade e diferença (FRASER, 2002, p. 9).

A autora enfatiza que é preciso ficar atento para não deduzir que as lutas por reconhecimento contribuem para as lutas por redistribuição igualitária, visto que, no contexto do neoliberalismo, elas podem contribuir para o deslocamento das últimas. Isso quer dizer que é possível que se troque um paradigma por outro, “do economicismo truncado para um culturalismo igualmente truncado” (FRASER, 2002, p. 9). Desta maneira, a ameaça de substituição surge quando as duas perspectivas são consideradas mutuamente incompatíveis (FRASER, 2002, p. 12).

Nesta perspectiva, Fraser aponta três riscos à trajetória da globalização diante das tendências globais: 1) o risco da substituição das lutas de redistribuição pelas lutas pelo reconhecimento, em vez de se complementarem ou se fortalecerem; 2) risco da centralidade da política cultural, por meio da reificação das identidades sociais e que tem por consequência o fomento de um comunitarismo repressivo; e, por fim, 3) o risco de a globalização subverter as capacidades do Estado para reparar ambos os tipos de injustiça (FRASER, 2002, p. 10).

Para os riscos apontados, a autora indica três alternativas para neutralizá-los, sendo a primeira, a Concepção Bidimensional de Justiça, na qual são abrangidas tanto questões de justiça distributiva (pobreza, exploração, desigualdade, diferenciais de classe) e, ao mesmo tempo, questões relacionadas a filosofias do reconhecimento (desrespeito, imperialismo cultural, hierarquia de estatuto). Desta maneira, a abordagem propõe olhar para a justiça com duas lentes diferentes simultaneamente; de um lado, visualizando a justiça como uma questão de distribuição justa e, de outro, que é uma questão de reconhecimento recíproco. A compreensão plena só é possível quando se sobrepõem as duas lentes (FRASER, 2002, p.11).

Para neutralizar o risco da substituição das lutas de redistribuição pelas lutas pelo reconhecimento, a autora propõe uma Concepção Não Identitária do Reconhecimento adequada à globalização que “promova a interação entre as

diferenças e que estabeleça as sinergias com a redistribuição” (FRASER, 2002, p.10), ou seja, reconhecimento baseado no estatuto que não conduz a uma política de identidade.

E, por fim, propõe uma Concepção Múltipla de Soberania, que descentraliza o enquadramento nacional, como forma de neutralizar o risco de perda das capacidades do Estado em reparar os tipos de injustiça.

Todavia, para o exercício deste novo paradigma se faz necessária uma normativa comum que inclua as reivindicações justificadas tanto de redistribuição quanto de reconhecimento, sem reduzir umas às outras. A esta dinâmica, Fraser (2002) propõe o Princípio da Paridade de Participação, que suscita arranjos institucionais que permitam a todos os membros da sociedade interagir entre si como pares. Para viabilizar essa participação equânime, é necessário que haja distribuição de recursos materiais para proporcionar independência, que os participantes possam se expressar, bem como “padrões institucionalizados de valor cultural que expressem igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social” (FRASER, 2002, p. 13). Deste modo, ambas as condições devem ser efetivadas de forma direta e mútua para garantir a paridade de participação.

É válido ressaltar que a participação tem diferentes significados em cada contexto da vida social, precisando, portanto, adaptar o significado de paridade para cada tipo de participação, não havendo uma fórmula única que abarque todos os casos (FRASER, 2002, p. 19).

3 O ESPAÇO EM DISPUTA

Este capítulo apresenta aspectos sociais e políticos da formação histórica do território curitibano a fim de compreendermos a configuração do espaço em disputa. O subcapítulo 3.1 é destinado ao processo de formação urbana de Curitiba, enfocando as relações entre a economia, os sujeitos e seus desdobramentos no território, com enfoque no bairro Batel, onde está localizado o Bosque da Casa Gomm. Durante a apresentação, evidenciamos a implantação e localização dos *shoppings centers* da capital paranaense, discutindo sua relação com as transformações urbanas realizadas em Curitiba, desde o início da década de 1970. Também apresentamos dados sobre o bairro do Batel como forma de ilustrar os desdobramentos da dinâmica de produção do espaço. E, ao final, abordamos a questão dos conflitos ambientais, discutindo a relação entre as diversas categorias de conflitos com os locais de protesto a fim de compreender a sua localização com aspectos socioeconômicos e territoriais. No subcapítulo 3.2 aprofundamos teoricamente a discussão sobre a produção do espaço na metrópole capitalista contemporânea, com enfoque no planejamento estratégico urbano como instrumento de legitimação dos interesses das coalizões dominantes com interesses no lugar.

3.1 OCUPAÇÃO URBANA DE CURITIBA: DESDOBRAMENTOS DO TERRITÓRIO DE 1850 ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

A indústria da erva mate teve papel preponderante no nascimento e crescimento da indústria paranaense no início do século XIX. A produção paranaense, que se iniciou de forma quase natural no litoral do estado — Morretes e Antonina — pela presença da erva nativa. No beneficiamento da planta utilizava-se tração hidráulica com mão de obra livre, ao contrário de outros estados, que usavam escravos. Nesta época, a presença do argentino Francisco de Alzagaray foi crucial para o desenvolvimento de técnicas de beneficiamento, fabricação e acondicionamento do mate, colocando o produto paranaense no mercado externo, em especial, Buenos Aires. Entretanto, a principal dificuldade era o transporte, pois era feito basicamente pela Estrada de Curitiba, atual Estrada da Graciosa (ROMANEL; SCHERNER, 2007).

Na metade do século, em decorrência da destruição dos engenhos paraguaios na Guerra do Paraguai (únicos concorrentes na produção da erva), o mercado internacional passa a ser dominado pelos paranaenses, atingindo seu auge. Nesta época, as máquinas a vapor substituem as de tração hidráulica e os engenhos começam a ser transferidos do litoral do estado (Morretes e Antonina) para Curitiba. Segundo Romanel e Scherner (2007, p. 20), os novos engenhos possibilitaram um maior processo de urbanização da cidade. É nesta conjuntura que, em 1853, o Paraná se emancipa de São Paulo, tendo Zacarias Góes de Vasconcellos como primeiro presidente da província, a qual tinha duas cidades (Curitiba e Paranaguá) e sete vilas.

A exploração madeireira também data deste período, a qual se fazia em busca da erva-mate nativa e era aproveitada para a elaboração das barricas nas quais a erva era transportada. A industrialização da madeira aconteceu sob grande influência de Antônio Rebouças, um dos engenheiros responsáveis pela abertura da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, em 1885, com a qual se iniciou a exportação da madeira paranaense para os mercados nacional e internacional (ROMANEL; SCHERNER, 2007).

A posição geográfica de Curitiba favoreceu a sua escolha como capital da província e a concentração das forças políticas tradicionais, as quais tiveram um domínio prolongado no Estado do Paraná, como as famílias Camargo e Munhoz da Rocha, na primeira República (1889-1930). Essas famílias eram proprietárias de engenhos de erva mate e, além dos vínculos familiares, revezaram-se no governo do Estado.

Em meados de 1850, o acesso a Curitiba se dava por duas estradas principais: a Estrada da Graciosa, localizada na região nordeste, ligando a capital com o litoral; e a antiga Estrada do Mato Grosso⁷, localizada a oeste, trecho “urbano” do Caminho dos Campos Gerais, que ligava o primeiro planalto paranaense ao interior (PILOTTO, 2010).

Em 1876, com a inauguração da Estrada da Graciosa, os engenhos do mate se mudaram para Curitiba, estabelecendo-se originalmente na Estrada do Mato

⁷ A Estrada do Mato Grosso, após a antiga ponte do Rio Ivo, atualmente corresponde à Rua Comendador Araújo e Rua Benjamin Lins (e seus prolongamentos: Av. Do Batel, Rua Bispo Dom José, Avenida N. Sra. Aparecida e Rua Eduardo Sprada). O objeto de estudo se encontra na Avenida do Batel, 1868.

Grosso que, em 1888, foi nominada Rua Comendador Araújo. Assim, a região se tornou um local de concentração de residências de ervateiros, estabelecimentos industriais e comércios variados (FCC, 1981), além de uma importante passagem dos mineiros e tropeiros que iam em direção a São Paulo.

Figura 3 - Patrimônio cultural, no bairro do Batel (Curitiba/PR)⁸



Fonte: IPPUC (2019), elaborado pela autora (2020).

A consolidação desta ocupação pode ser visualizada na atual Rua Comendador Araújo e seu prolongamento que, por abrigar diversos palacetes de arquitetura eclética edificadas no período, teve seu conjunto urbano tombado pelo Governo do Estado do Paraná, em 2004, com o objetivo de preservação do Espaço Urbano composto pelo arruamento, calçadas e pelo espaço edificado, cujos imóveis são representativos de um período da economia paranaense, o ciclo da erva-mate, que desenhou uma implantação caracterizada por casas requintadas com belos

⁸ A localização das edificações históricas extrapola a área de tombamento do conjunto urbano da Rua Comendador Araújo, concentrando-se ao longo da avenida Avenida Batel e Rua Bispo Dom José e arredores.

jardins murados (PARANÁ, 2019). A Figura 3 anterior aponta as edificações históricas implantadas no período da pujança ervateira, indicando que a localização delas acompanha o eixo da Estrada do Mato Grosso, iniciando na Rua Comendador Araújo e continuando pela Avenida do Batel e Rua Bispo Dom José.

Contemporaneamente à expansão da cidade em direção ao oeste, em 1885, foi inaugurada a Estrada de Ferro que, inicialmente, ligava Curitiba e Paranaguá e, uma década depois, ligaria a capital e Ponta Grossa. A localização da estação ferroviária, segundo Pilotto (2010), marcou a expansão na porção sul do núcleo urbano onde a Rua da Liberdade (atual Rua Barão do Rio Branco) fazia a ligação com o centro da cidade. Ao longo da via, localizavam-se edifícios públicos, como a sede do Governo Provincial e o Palácio do Congresso Provincial e, aos fundos da estação, as fábricas. Nesta época, as primeiras linhas de bonde começaram a funcionar em dois sentidos: Alto da Glória, próximo aos engenhos de mate e da Capela da Glória; e oeste, pela Rua Comendador Araújo (Estrada do Mato Grosso) e Avenida do Batel. Ambos os eixos se conectavam a estação ferroviária, transportando barricas de erva-mate (PILOTTO, 2010).

Essas duas estruturas de circulação (ferrovia e estrada) foram bastante importantes para a estruturação do tecido urbano de Curitiba no início do século XX. Segundo Pilotto (2010) citando Villaça (2001), as vias regionais (rodovias e ferrovias) e os atrativos do sítio natural são dois fatores que influenciam as direções preferenciais de expansão urbana nas cidades brasileiras. No caso curitibano, devido à ausência de atrativos e/ou obstáculos naturais que condicionassem a expansão, “as vias regionais foram preponderantes por estarem relacionadas à acessibilidade, que é o valor de uso mais importante para a terra urbana”. Neste sentido, a autora explica que a ocupação de um local na malha urbana condiciona o seu relacionamento com o restante da cidade, portanto, a proximidade com eixos de tráfego regional tem maior probabilidade de receber transporte intraurbano, tornando essas localizações mais acessíveis e, conseqüentemente, valorizadas, melhorando as condições de deslocamento ao centro. Por isto, a atração da expansão urbana está diretamente ligada às vias regionais de transporte.

Nesta época, salientamos um personagem que simboliza a estreita relação entre o âmbito político e econômico: Ildefonso Pereira Correa, também conhecido como Barão do Cerro Azul. No final do século XIX, instalou seu primeiro engenho de mate em Antonina e, anos mais tarde, transferiu-se para Curitiba, comprando o

engenheiro Iguazu, na Rua Comendador Araújo. Dali em diante, empreendeu no setor madeireiro, com serrarias, foi proprietário de olaria, da Imprensa Paranaense, da Empresa Curitibana de linha de bondes, além de ter sido fundador da Associação Comercial do Paraná, do Banco Industrial Mercantil e do Diário do Comércio. No âmbito político, foi deputado provincial por diversas legislaturas, além de ter ocupado o cargo de vice-governador da Província (ROMANEL; SCHERNER, 2007, p. 24). Pode-se visualizar que, desde o início da ocupação urbana, as relações entre agentes estatais e privados estiveram em conluio para a viabilização dos negócios que, naquela época, estavam em franca expansão.

Segundo o historiador Samuel Guimarães da Costa (1995), o ciclo do mate foi o mais autônomo, prolongado e estável da história do Paraná, pois não esteve sob o comando de outros estados. Assim, a classe dirigente conseguia influenciar diretrizes governamentais de acordo com os seus interesses, dinâmica que colaborou para o desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia. É válido destacar que esta mesma atividade econômica está relacionada à origem das fortunas das principais famílias paranaenses, criando uma pequena aristocracia de viscondes e barões, nos moldes de São Paulo, com o café, dos estados nordestinos, com a cana-de-açúcar, e do cacau, na Bahia. "O Visconde de Nácar e o Barão do Cerro Azul devem seus brasões ao mate" (LAZIER, 1986).

Devido a medidas protecionistas da Argentina na década de 1920 — que era um dos maiores mercados importadores da produção paranaense —, a indústria ervateira começa a entrar em declínio. Com isso, a indústria madeireira passa a dominar o setor industrial, abastecendo o mercado interno e exportando para os países da bacia do Prata e para o Chile. Assim, com a expansão da cafeicultura, na década de 40, e o protagonismo das indústrias paulistas neste setor, nas décadas seguintes, o Paraná passa a ser estado fornecedor de matéria-prima.

O início da década de 1970 é marcado pela transformação do parque industrial paranaense, dinâmica direcionada por meio de incentivos para atração de capital vindo de São Paulo, com o objetivo de oferecer incentivos para que grandes indústrias se fixem no estado (GAZETA DO POVO, 1991).

O período entre 1950-1970 foi marcado pela construção do Centro Cívico (novo centro político-administrativo) e pela expansão do centro sentido sudoeste, marcado pela verticalização, e a implantação da BR-116. Esses projetos marcam a

divisão da cidade (PILOTTO, 2010, p.54) e demonstram a intenção da gestão local em modernizar o espaço urbano.

Entre as décadas de 1960 e 1970, é possível visualizar ações decorrentes das diretrizes indicadas no Plano Diretor de Curitiba de 1966, como a indicação da localização da verticalização ao longo dos Setores Estruturais, com o objetivo de ordenar o crescimento do centro ao longo dos eixos estruturais (sentido nordeste-oeste e sudoeste-leste). Esse movimento foi contemporâneo à mudança da localização da área industrial com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Segundo Pilotto (2010, p. 55), foi a partir da década de 1970 que se iniciou "a formação de um 'centro' no Batel, voltado às camadas de alta renda". Este fenômeno deu-se pela transformação do uso do solo neste bairro, ganhando características de bairro comercial, podendo ser visualizado pela transformação das antigas residências do período da erva-mate em pontos comerciais. Na década seguinte, o bairro já se consolida como um bairro comercial de alto nível, sendo procurado por empresas para instalar seus escritórios e o comércio de rua era destinado às classes de alto poder aquisitivo.

A década de 90 foi o período em que se instalaram os *shoppings centers* em Curitiba e, contemporaneamente, o Batel passou a receber grandes empreendimentos, inclusive esse tipo de centros comerciais, como o Shopping Curitiba e Shopping Crystal Plaza, ambos em 1996.

A Figura 4, a seguir, demonstra que a localização dos *shoppings centers*⁹ de Curitiba, especialmente aqueles destinados às camadas de alta renda, foi predominante no setor centro-oeste da cidade. Os *shoppings centers* passaram a "competir" com o Centro tradicional como local de compras e de lazer (PILOTTO, 2010, p.64).

⁹ Os shopping centers são complexos comerciais originários nos Estados Unidos, na esteira do desenvolvimento industrial e tecnológico do século XX, e simbolizam a construção de uma "nova cultura urbana" na sociedade de massas que estava sendo moldada. Ou seja, são um importante fenômeno da sociedade capitalista mundializada, representando o lócus privilegiado da "sociedade de consumo" (PADILHA, 2006, p. 22, 24).

Figura 4 - Localização dos *shoppings centers* na RMC, por década de implantação.



Fonte: a autora (2020).

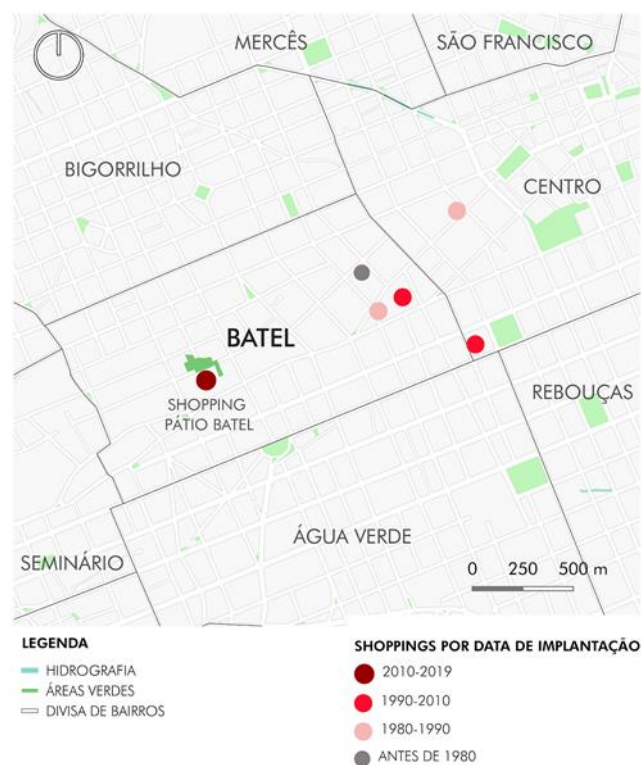
A autora também comenta que a estratégia de divulgação das ações estratégicas é minuciosamente planejada para que haja adesão social, divulgando a cidade como homogênea, ilustrada por meio da seleção de fragmentos escolhidos da paisagem urbana (PILOTTO, 2010).

É válido ressaltar outros fenômenos além do fortalecimento do Batel e a popularização do centro tradicional: mudança da localização da área industrial de Curitiba dos arredores da estação rodoferroviária (bairro Rebouças) em decorrência da criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC); expansão da área residencial das

camadas de alta renda a oeste, com o surgimento do Ecoville e a localização dos condomínios fechados.

Diante do exposto, é possível visualizar que a alteração da configuração espacial e funcional do Batel, decorrente da localização do setor de serviços e o status de local da elite contribuíram para que o bairro se estabelecesse como um local estratégico para implantação de empreendimentos e projetos estratégicos. A Figura 5 a seguir mostra a concentração de *shoppings centers* com ênfase no bairro Batel e adjacências.

Figura 5 - Implantação de shoppings centers na região batel-centro, por década de implantação.



Fonte: a autora (2020)

Conforme demonstrado na Figura 5, o bairro do Batel é a região onde há a maior concentração de centros de comércio de Curitiba e RMC, evidenciando como a produção do espaço corrobora para tornar o território de interesse para a reprodução do capital.

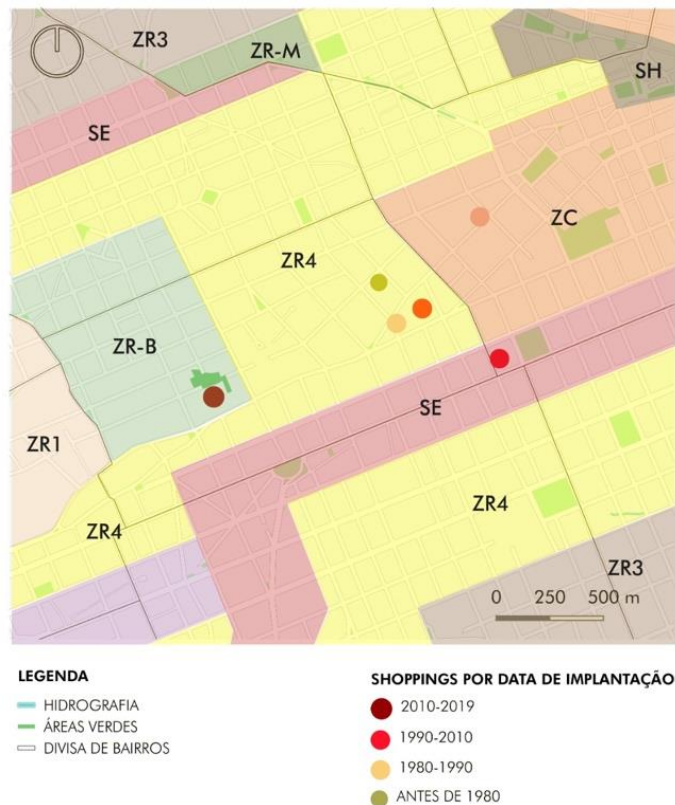
É neste contexto que a área onde está localizado o Bosque da Casa Gomm, último remanescente verde da área central de Curitiba, configura-se como o local escolhido pelo Grupo Soifer — empresa que comprou a propriedade da família Gomm — para construção de um empreendimento que, na época, foi anunciado

como um clube de lazer privado, mas que depois de quase duas décadas de batalhas judiciais, revelou-se um *shopping center*.

Simbolicamente, o Grupo Soifer é um dos precursores na implementação de *shoppings centers* como atividade econômica. Além disso, a localização dos shoppings centers em áreas centrais, diferente do padrão americano de implantação de grandes centros comerciais nas periferias — como o exemplo do Shopping Mueller —, tem relação direta com a flexibilização de normas urbanísticas para viabilizar sua implantação nessas áreas estratégicas do centro da cidade, as quais são de fácil acesso pelo mercado consumidor.

Os parâmetros urbanísticos estabelecidos pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo – nº 98000/2000, que incide sobre o bairro do Batel é a Zona Residencial Batel (ZRB). Estavam previstos usos habitacionais (unifamiliar, unifamiliar em série e institucional), bem como Comércio e Serviço Vicinal 1, Serviço Vicinal 2 e Indústria tipo 1 - todos os usos não habitacionais com porte de até 100 m².

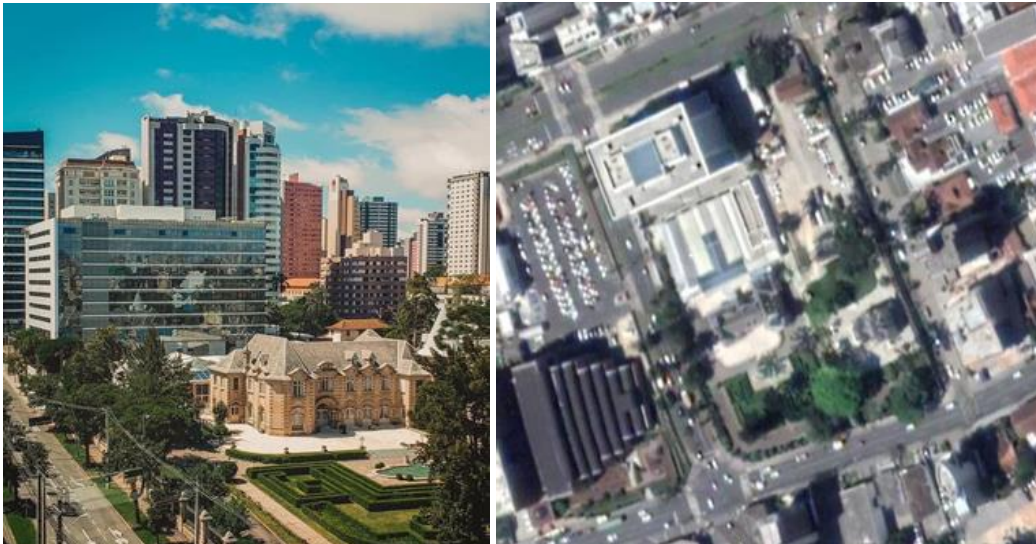
Figura 6 - Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo no bairro Batel e adjacências.



Fonte: IPPUC (2000), elaborado pela autora (2020).

Os usos permitidos são bastante diversos, o que favorece a formação de um tecido que abarca diversas tipologias de atividades, como açougue, armarinhos, casa lotérica, farmácia (comércio vicinal 1), agência de serviços postais, consultórios, escritório de comércio varejista, salão de beleza (serviço vicinal 2). Além disso, o tamanho mínimo dos lotes é de 600 m², superior ao mínimo de 360 m² indicado nas outras áreas habitacionais de maior densidade. A forma de ocupação dos lotes é bastante diversa, compreendendo desde grandes lotes com edificações históricas (Figura 7), edificações habitacionais com contemporâneas (Figura 8), até institucionais e de serviço (Figura 9).

Figura 7 - Castelinho do Batel¹⁰



Fonte: Pintrest (2019) e Google Earth (2019).

¹⁰ Castelinho do Batel, localizado na Avenida do Batel, número 1323, ainda é um remanescente da época da pujança da erva-mate. Atualmente, um novo edifício de serviços foi construído no local.

Figura 8 - Edificações com uso habitacional



Fonte: Google Earth (2019)

Legenda: As edificações se caracterizam por serem construídas em grandes lotes e possuírem grande área construída.

Figura 9 - Edificações de uso comercial / serviços

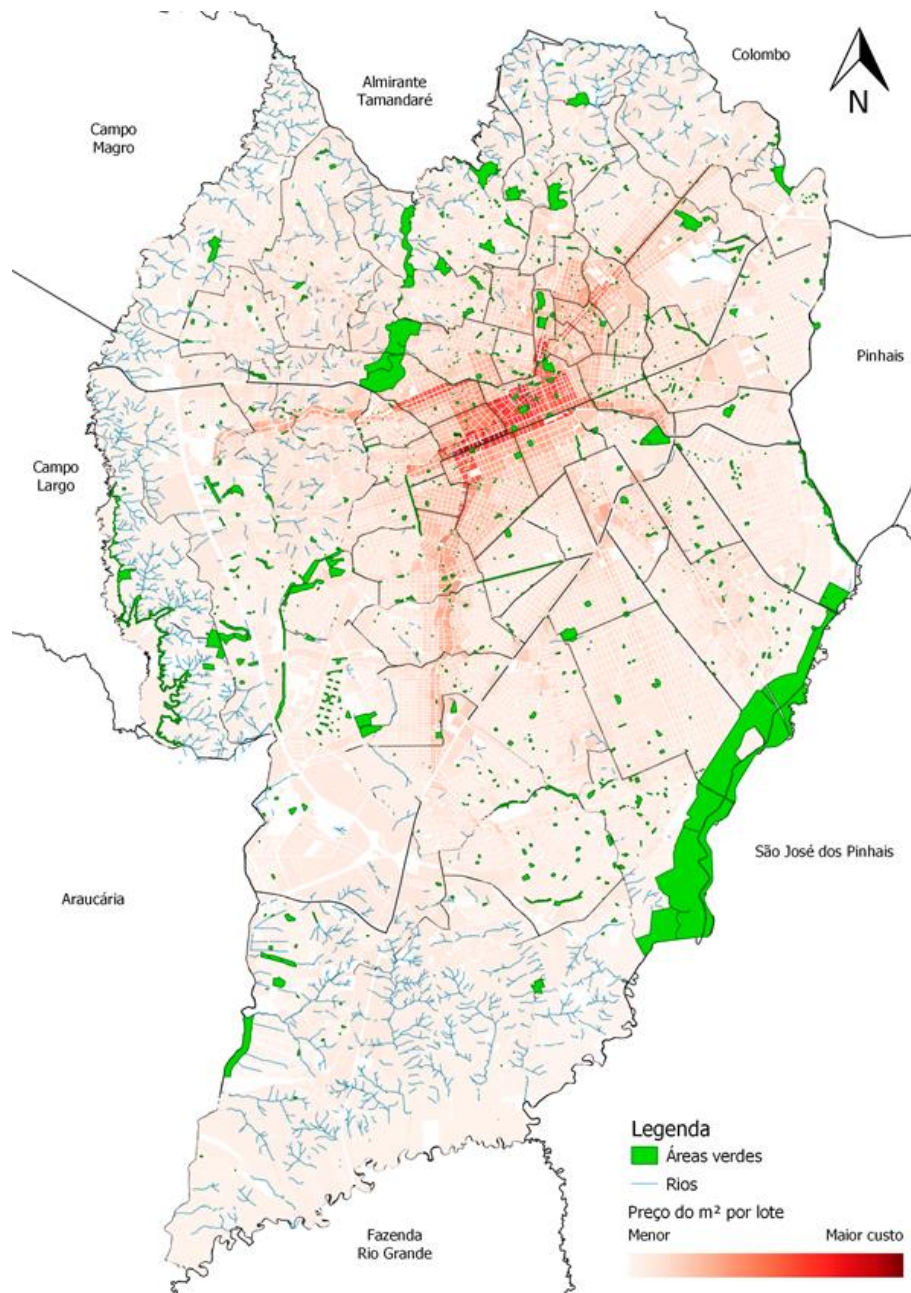


Fonte: Google Earth (2019).

Legenda: Encontro da av. Batel com a rua Comendador Araújo. Local com diversas edificações de grande porte, com uso predominante de serviços e institucional.

Por fim, a configuração desse território, no que tange às questões de valor da terra e localização das áreas verdes, pode ser visualizada na Figura 10 seguinte:

Figura 10 - Mapa de Valor da Terra¹¹ x Áreas Verdes



Fonte: IPPUC (2016), elaborado pela autora (2020).

É possível visualizar que o valor da terra é maior em regiões do centro da cidade e ao longo de alguns eixos estruturais e de transporte. Estas regiões também são servidas de áreas verdes públicas (parques, praças, jardinetes etc.). Segundo o

¹¹ O cruzamento do Valor da Terra (R\$/m²) com Áreas Verdes foi elaborado a partir da Planta Genérica de Valores (PGV), instrumento que apresenta os valores venais por m² dos imóveis do município entre os anos 2000 e 2017, disponibilizada pelo IPPUC (2020). Para o mapa em questão, foram utilizados os valores referentes ao ano de 2015 representados em uma escala de cores, as quais indicam os lotes de menor valor (tom mais claro) e os lotes de valor maior (tom mais escuro).

Curitiba é internacionalmente conhecida pela ideia de “Cidade Ecológica”. Essa imagem da cidade foi construída no contexto das transformações urbanas, que teve seu “ápice” na década de 90, conforme apontamos no Capítulo 3.2. Neste contexto, o imaginário coletivo visualiza uma cidade onde a questão ambiental é relacionada à separação dos resíduos recicláveis, representada pela campanha da “Família Folha”; ao número de metros quadrados de área verde por habitante, que contribui para a retórica de que é a maior do país (proporcionalmente à sua área e população); pelo sistema de transporte coletivo; e conhecida pelos diversos parques, como o Parque Barigui e o Jardim Botânico, colaborando para que curitibanos e forasteiros acreditem que essa é a realidade vivida por todos os habitantes da capital paranaense.

Entretanto, essa imagem exclui a realidade de milhares de curitibanos que, além de não habitarem e usufruírem de áreas da cidade que possuem os equipamentos e características citadas à cima, são ameaçados por impactos indesejáveis decorrentes da prática de desenvolvimento capitalista. Essas contradições, evidenciadas no caso curitibano, expressam-se de modo geral nos conflitos socioambientais que, segundo Froés e Faria (2019, p. 107),

denunciam as contradições do processo de desenvolvimento capitalista, na medida em que evidenciam situações de injustiça ambiental nas quais determinados grupos sociais não apenas são excluídos como também assumem todo o ônus resultante desse processo. (...) Esses grupos sociais, no entanto, não se constituem como vítimas passivas do processo e se organizam em variados movimentos, associações e redes para manifestar seu desacordo e sua reivindicação, ao mesmo tempo em que se colocam como portadores de outras formas de interação com o meio ambiente.

É importante ressaltar que, um determinado modelo de sociedade é o que embasa dinâmicas e processos econômicos, sociais e culturais, portanto, é muito importante seu entendimento para que seja possível a compreensão dos conflitos socioambientais em determinado contexto. Além disso, é ultrapassar as análises puramente ambientais e/ou econômicas, atentando-se para sentidos e significados presentes no jogo de forças que se estabelecem na disputa.

Nesse contexto, os protestos e manifestações ocorridas durante o processo de mobilização para a criação do Parque Gomm, como estudo de caso desta pesquisa, contribuem para que possamos identificar as relações de poder,

contradições socioespaciais, matrizes de produção material e simbólica e da segregação espacial existentes neste conflito.

Neste ponto, precisamos colocar em evidência a questão da injustiça ambiental que embasa os conflitos ambientais, em geral, relacionados à distribuição espacial da população em locais de riscos ambientais e concentração de pobreza. Fróes e Faria (2019) apresentam dados que demonstram que as principais temáticas relacionadas aos conflitos manifestos em Curitiba e área metropolitana no período de 2011 e 2017, são:

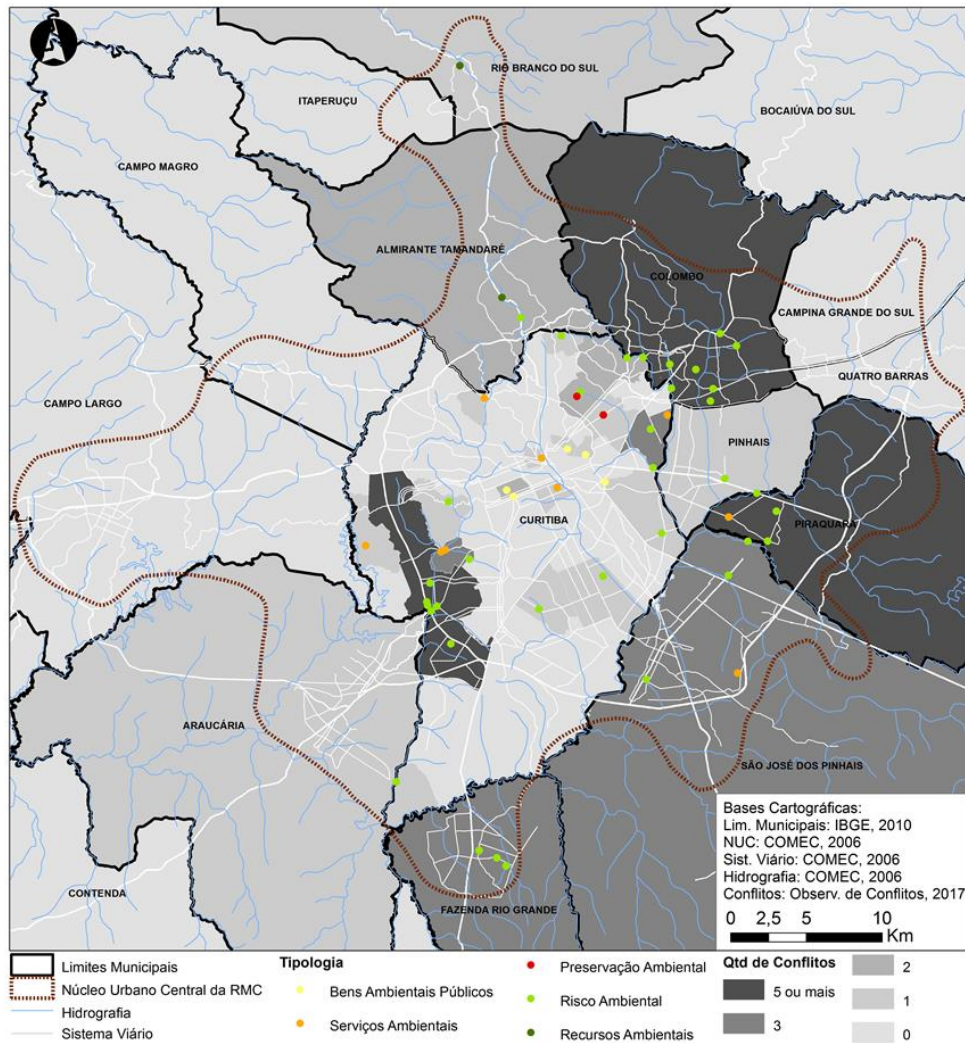
- **Conflitos associados a riscos ambientais:** são relacionados à ausência ou debilidade de infraestrutura ou serviços. Nesta categoria está alocado o maior número de conflitos em Curitiba e RMC, que são os relacionados à drenagem (38,9%) e infraestrutura de saneamento (14,8%). Esses conflitos são derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais e a distribuição desigual dos riscos ambientais, também conhecidos como conflitos ambientais distributivos (FRÓES; FÁRIA, 2019, p. 114).

- **Serviços ambientais:** associada à distribuição desigual dos serviços ambientais públicos e à distribuição desigual dos riscos ambientais, como a manutenção de parque ou jardim (14,8%), lixo (9,3%), erosão de margem de rio (1,9%), infraestrutura de saneamento (14,8%), falta de água (1,9%), e drenagem (38,9%).

- **Bens Ambientais Públicos:** relacionada à demanda por espaços públicos de lazer. Na pesquisa, não foram apontados conflitos referentes a esta categoria.

- **Preservação Ambiental:** referente ao cumprimento das normativas relacionadas às áreas de preservação permanente, bem como de arborização urbana e defesa de espécies. Na pesquisa, apenas 3,7% dos conflitos analisados se referiam à Legislação Ambiental. A segregação socioambiental tem relação com 70% dos conflitos socioambientais manifestos em Curitiba e RMC, conforme indica a Figura 12.

Figura 12 - Local de origem dos conflitos ambientais na RMC.



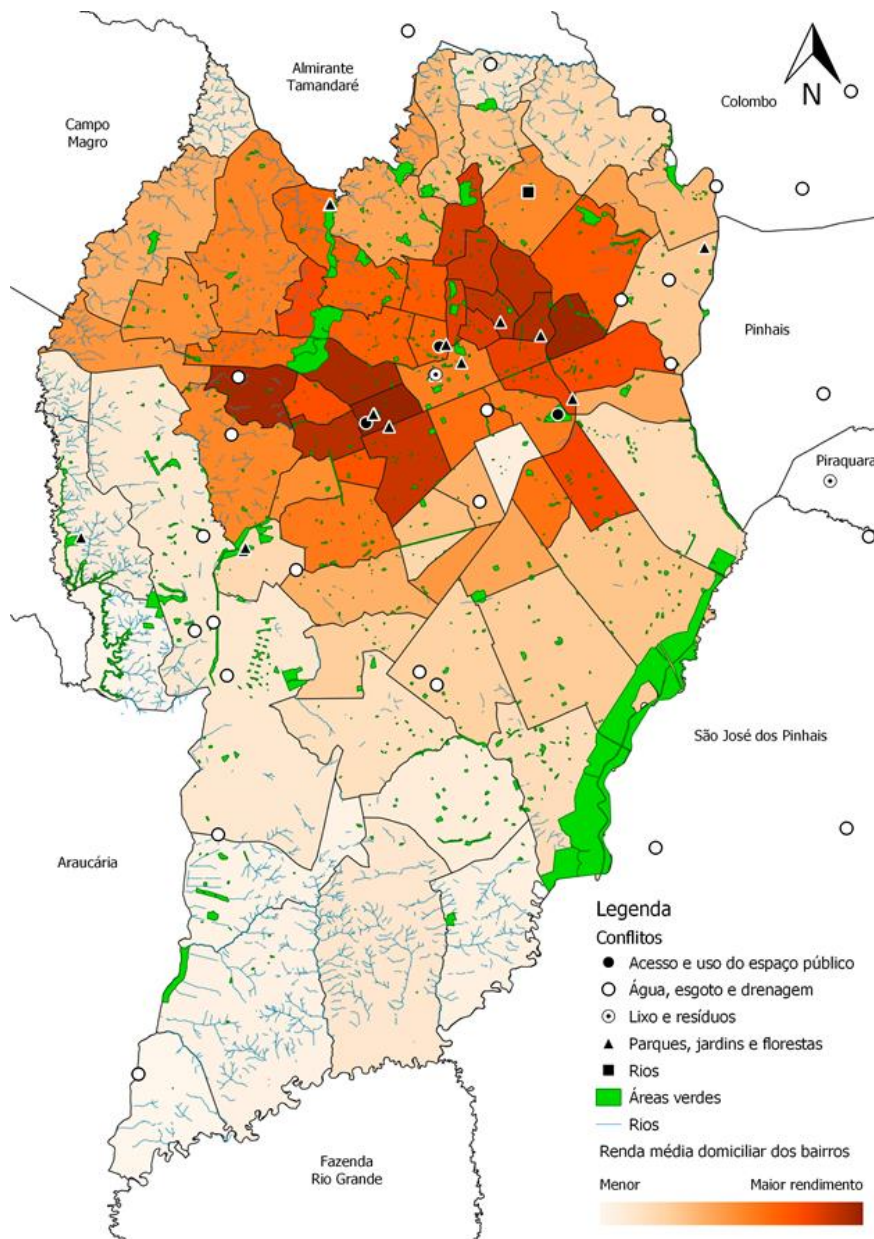
Fonte: Fróes; Faria (2019).

Desta maneira, fica visível que as regiões periféricas, especialmente Colombo e Piraquara, e a porção sul da RMC (CIC), concentram a origem dos conflitos ambientais distributivos. O fato se explica pela concentração de espaços informais de moradia na CIC, e pela maior ocupação irregular do Paraná, o Guarituba, em Piraquara. Ambos os conflitos “podem ser entendidos como a expressão do impasse moradia x meio ambiente historicamente presente na região” (FRÓES; FARIA, 2019, p. 115).

Outro fato relevante trazido pela pesquisa é a relação de oposição entre a localização dos conflitos socioambientais relacionados à drenagem e implantação de parques. Estes, em sua maioria, foram instalados com o objetivo de conter enchentes e, em grande parte, concentram-se em áreas centrais da cidade,

consequentemente, mais valorizadas. Usando a bacia do Rio Barigui como exemplo, onde residências de alta renda se localizam ao redor do equipamento público e se beneficiam do sistema de contenção de cheias em eventos com grande volume de chuvas, os efeitos da escassez de infraestrutura são sentidos à jusante do Parque Barigui, atingindo as populações de baixa renda concentradas na região sul da bacia (FRÓES; FARIA, 2019, p. 117). A relação entre renda, origem dos conflitos e localização de áreas verdes, podemos visualizar na Figura 13.

Figura 13 - Relação entre renda x origem dos conflitos x áreas verdes

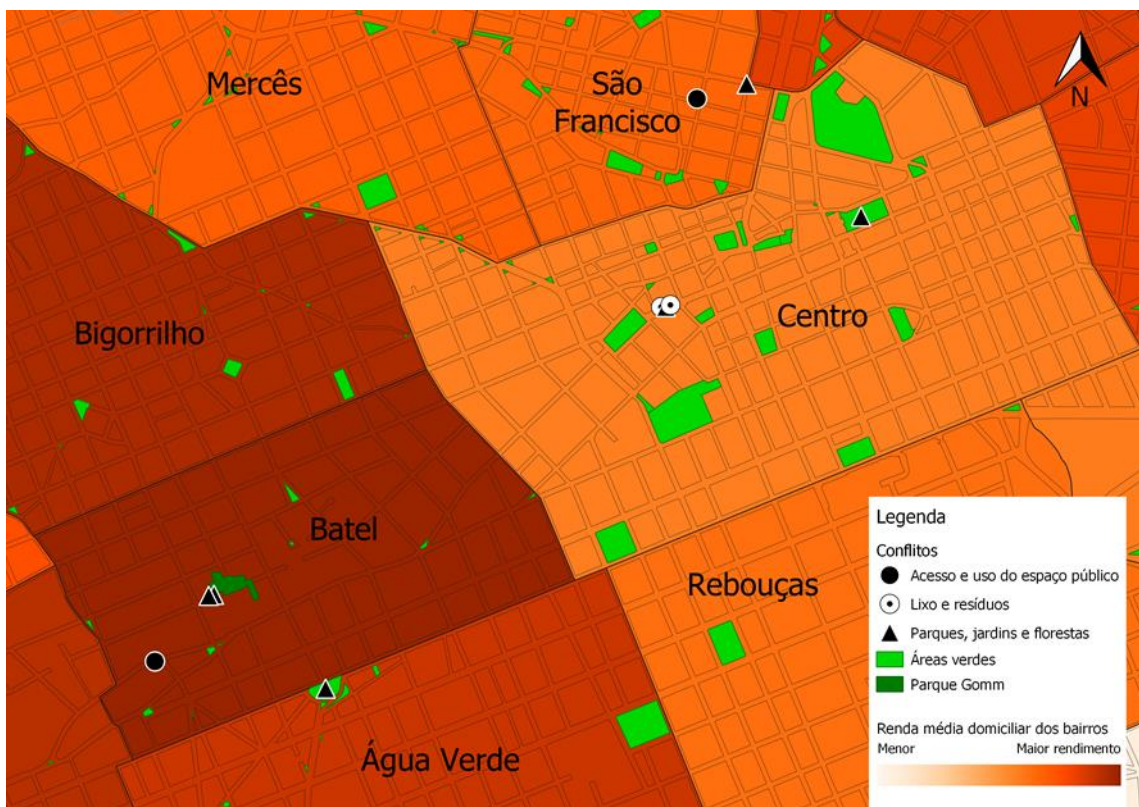


Fonte: IPPUC (2016) e OCC (2020), elaborado pela autora (2020).

No que tange aos protestos pela criação ou manutenção de áreas verdes, no período analisado por Frões e Faria (2019), chama a atenção o caso do Parque Gomm, que é o único caso que não se encontra nas regiões periféricas da cidade, indicando a desigualdade na distribuição destes equipamentos públicos entre a periferia e as áreas centrais metropolitanas.

Na Figura 14 podemos visualizar a localização das áreas verdes e a origem dos conflitos na região central e no bairro Batel. As faixas de renda da população residente dessa região da cidade estão entre as mais altas, possivelmente com a disponibilidade de infraestrutura maior do que nas regiões periféricas, visto que as reivindicações dizem respeito ao Acesso e Uso do Espaço Público, criação de Parques, Jardins e Florestas, e Lixo e Resíduos.

Figura 14 - Renda x áreas verdes x origem dos conflitos ambientais – bairro: Centro e Batel.



Fonte: IPPUC (2016) e OCC (2020), elaborado pela autora (2020).

No bairro Batel, foram identificados 3 protestos: 2 referentes à reivindicação da criação do Parque Gomm e 1 protesto contra a colocação de granito em uma calçada na Avenida Bispo Dom José (continuação da Avenida do Batel).

3.2 SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA METRÓPOLE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

A apropriação do patrimônio cultural pelo capital, dando-lhe o uso de *shopping center*, ilustra os efeitos da globalização do território curitibano. O fenômeno descrito se insere em um contexto de reestruturação econômica mundial, que teve como elementos a integração de países em blocos econômicos e a abertura do mercado em nível global. Desta maneira, o fenômeno da globalização alterou significativamente as dinâmicas de produção do espaço, podendo-se indicar a mudança na filosofia do planejamento e da gestão urbana como um fato resultante desta nova relação entre os agentes econômicos e estatais.

Neste sentido, o "novo planejamento urbano" se configurou pela reestruturação administrativa do Estado, com a adoção de métodos empresariais de trabalho orientados para a demanda do mercado. Desta maneira, o Estado assume um papel empresarial, realizando parcerias com o setor privado para a realização de projetos estratégicos para a cidade. Assim, num contexto de cidades globais de competição por investimentos, criação de empregos, atração de turistas e financiamento público, as estratégias adotadas pelos governos locais visavam oferecer localização estratégica, segurança e rentabilidade para os capitais e atrair a produção e mercado consumidor para seu território (SANCHEZ, 1999).

Neste contexto, Sanchez (1999) indica que o planejamento estratégico, o *city marketing* e a produção de imagens — instrumentos do novo planejamento urbano — são resultados e estratégias dos processos de reestruturação urbana, e configuram-se como instrumentos de legitimação dos interesses das coalizões dominantes com interesses no lugar. Isto posto, a autora afirma que

É fácil perceber que o marketing de cidade vem se convertendo nos últimos anos numa das funções básicas do poder local. A cidade é interpretada como espaço a ser submetido a uma lógica da competição e da gestão, o que muitas vezes leva a uma despolitização do espaço social (Sanchez, 1999, p.118).

Diante do exposto, é possível visualizar que os novos instrumentos e estratégias que servem ao novo planejamento advêm também de uma mudança na postura do Estado, no sentido de adotar as práticas empresariais na gestão pública — como os conceitos de competitividade e eficiência —, bem como de adotar um

modelo de gestão público-privada, o que resulta num esfumaçamento entre os limites das esferas pública e privada. Assim, "as articulações de poder atuais transformam as grandes empresas em entidades políticas com crescente interferência nas políticas do Estado" (SANCHEZ, 1999, p. 118).

Considerando os interesses do poder local em "colocar sua cidade no mapa do mundo", tornando-a visível e competitiva em escala mundial, "a cidade-empresa é apresentada como mercadoria que tem que ser vendida". Assim, o discurso dominante enfatiza as ações planejadas para o redesenho espacial da cidade necessárias para superar a obsolescência da infraestrutura urbana existente. Para isto, a produção de imagens se torna uma importante estratégia dos governos locais na construção de uma nova imagem da cidade, postura que, segundo Sanchez (1999), indica

uma ênfase na forma mais que na função, uma ênfase nos projetos urbanos pontuais mais que nos planos gerais, buscando melhorar a imagem urbana mediante a criação de novos espaços ou pela revitalização de espaços antigos. (SANCHEZ, 1999, p.123)

Assim, transfere-se o pensar a cidade de forma mais ampla (planos gerais) para enfatizar os projetos urbanos pontuais, os quais simbolizam o êxito das estratégias econômico-territoriais. Nesta manobra, o urbanismo espetáculo utilizou-se do *city marketing* e da produção de imagens como instrumentos de legitimação social. Ressalta-se aqui a importância dos meios de comunicação e informação na criação de valores culturais e representações sociais que corroboram a criação do consenso em torno dos projetos urbanos, contribuindo com a sua efetividade. Segundo a autora, em geral, investimentos públicos e privados, concentrados territorial e socialmente, são apresentados como bons para todos os cidadãos, em longo prazo, assim, corroborando maior facilidade na aceitação tanto dos transtornos causados pelas obras quanto dos projetos de modernização, em geral (SANCHEZ, 1999).

O reconhecimento internacional da capital paranaense como "cidade modelo de planejamento urbano" é resultante de um processo iniciado nos anos 1970, pautado na retórica da eficácia do planejamento adotado pelo município, legitimada por um conjunto de ações urbanísticas — especialmente nas áreas de transporte coletivo, uso do solo e preservação do patrimônio —, associadas a valores como

inovação, modernidade, eficiência e preocupação com o meio ambiente (MOURA, KORNIN, 2009, p.24). A representação da cidade exitosa foi fundamental para a conquista de um grau de visibilidade internacional que projetou Curitiba no espaço de competição do mundo globalizado.

Além disso, as imagens sintéticas da cidade contribuem para a ideia de que o usufruto dos novos espaços modernizados é socialmente pleno, ou seja, sugere uma vida de classe média para todos os cidadãos. Conforme indica Sanchez (1999),

Ao operar analiticamente no tecido discursivo e prático das imagens urbanas, nos é possível observar que a linguagem articuladora de símbolos organiza a realidade urbana, é parte dela: não esconde a materialidade da cidade, mas a deforma, não é uma mentira, mas uma construção social que, portanto, organiza seletivamente esta realidade (SANCHEZ, 1999, p. 124).

A linguagem oficial apresenta elementos como a participação dos cidadãos e a adesão aos novos projetos ou serviços oferecidos como atributos deste sentimento de orgulho e de pertencimento à cidade, o elevado grau de aceitação e aprovação pública dos "projetos de cidade" e sua unanimidade. Entretanto, é válido indicar que o sentimento de pertencimento gera uma participação contemplativa da nova cidade (não ativa), ou seja, a cidade espetáculo cria uma ilusão de participação. E ainda, a identificação do cidadão com a sua cidade tem como efeito a impossibilidade de crítica. Assim, à medida que os efeitos das políticas de comunicação produzem na população a sensação de "viver num meio privilegiado", o que, levado ao seu limite, produz um sentimento ufanista dos cidadãos em relação a sua cidade, transfigurando-se em um mecanismo de controle social.

Outros três pontos importantes a serem ressaltados nesta conjuntura de criação de consenso sobre os projetos urbanos são: a mudança no comportamento dos técnicos-planejadores, que assumem uma postura de promotores do crescimento, ou seja, tornam-se agentes ativos na promoção dos projetos de cidade; a característica monumental e simbólica das obras, as quais, em virtude do seu caráter de espetáculo, evitaram críticas por parte da população; e, por fim, a construção da identidade pública de líderes urbanos baseada num perfil aparentemente mais técnico do que político, o que vai ao encontro do estereótipo do administrador público ideal: empreendedor e técnico (SANCHEZ, 1999).

Sanchez (1999) comenta sobre o capital simbólico construído sobre as lideranças dos processos de transformação urbana e a eleição de Jaime Lerner para

a presidência da União Internacional dos Arquitetos (UIA), em 2002, o que demonstra a eficiência da construção do mito da cidade-modelo pela liderança de seu prefeito, que é um técnico, não um político. Essa é a narrativa da cidade-empresa, enaltecer a eficiência e a eficácia, secundarizar a política e colocá-la como um obstáculo para a modernização (SANCHEZ, 1999, p.126).

É válido ressaltar o caráter histórico do cenário e dos elementos apontados acima, decorrentes de "condições políticas, pactos e coalizões locais que, articulados, explicam a possibilidade histórica de realização destes projetos de cidade" (SANCHEZ, 1999).

Nazareno (2005) citando Oliveira (2000) apresenta os quatro setores principais do capital produtores da cidade: 1) os empresários industriais da CIC; 2) os empresários imobiliários; 3) os empresários do transporte e 4) os empreiteiros de obras públicas. Tendo em vista que a ênfase estrutural do Plano Diretor de Curitiba se dá no tripé articulado entre zoneamento, transporte coletivo e uso do solo, fica evidente a convergência de interesse na relação entre a elite econômica, a elite tradicional e os interesses do setor público.

Diante do exposto, é possível compreender como as políticas urbanas resultantes do processo de globalização se tornaram, de certa maneira, hegemônicas. Mais do que ferramentas adotadas pela gestão local, o "novo planejamento urbano" pode ser visualizado como expressão de uma relação do capital internacional com os diversos atores estatais e locais no bloco do poder, que utilizaram a implementação de novos projetos urbanos para reprodução e acumulação do capital.

4 SALVEMOS O BOSQUE DA CASA GOMM: O QUE QUEREMOS?

Este capítulo se destina a apresentar o espaço onde o conflito é manifestado, onde, nos subcapítulos 4.1 e 4.2, evidenciamos aspectos sociais, econômicos e políticos, resgatando a produção histórica do espaço e seus desdobramentos até a manifestação do conflito pela ‘Salvemos o Bosque da Casa Gomm’, em junho de 2013. E nos subcapítulos 4.3 e 4.4 nos dedicamos ao estudo de caso por meio da caracterização dos objetos em disputa, os agentes envolvidos e sua forma de participação, o repertório utilizado e, por fim, os subconflitos que compreendem o fenômeno em análise.

4.1 HISTÓRICO, CONTEXTO E PROTESTOS

O espaço da disputa está localizado em Curitiba, no bairro do Batel, entre as ruas Hermes Fontes, Bruno Filgueira, Francisco Rocha e Desembargador Costa Carvalho. A área do conflito compreende uma região onde está implantado o patrimônio cultural tombado pelo Estado do Paraná, em 1987, composto pelo bosque e a Casa Gomm, atual sede do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA), nos fundos do shopping Pátio Batel.

O conflito se tornou público a partir da criação da página no Facebook chamada "Salvemos o Bosque da Casa Gomm" (SBCG), em junho de 2013, concomitantemente aos protestos que aconteceram naquele mês em todo o Brasil, inicialmente motivados pelo aumento na tarifa do transporte coletivo.

As mensagens iniciais de mobilização da causa denunciavam o acordo firmado por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC)¹² entre a Prefeitura de Curitiba e o Grupo Soifer — responsável pelo empreendimento shopping Pátio Batel —, o qual indicava a derrubada de uma porção do bosque para construção de uma via de acesso ao shopping e circulação de veículos na região. Desta maneira, a Rua Hermes Fontes, que naquele momento era interrompida pelo bosque, poderia ser ligada à Rua Francisco Rocha, conforme indica a Figura 15 a seguir. A imagem ilustra o prolongamento da Rua Hermes Fontes conectando-se à Rua Bruno

¹² Autos no. 0002028-14.2013.8.16.0179 na 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

Filgueira e Rua Francisco Rocha sobre a área municipal onde está o bosque e a casa Gomm, e a proposta do arruamento.

A publicidade do acordo provocou o tensionamento entre diversos agentes envolvidos no processo, em especial a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), a Secretaria de Trânsito (SETRAN) e a CEPHA. O sentido de urgência, neste ponto, era presente, pois o *shopping center* estava prestes a inaugurar e era de seu interesse que o sistema viário do entorno estivesse adequado para o início da sua operação.

Figura 15 - Localização do Bosque da Casa Gomm (Curitiba/PR) e a proposta Viária de Ligação das Ruas Desembargador Costa Carvalho e Francisco Rocha.



Fonte: SBDG (2013), elaborado pela autora (2020).

Na mesma semana de origem do movimento SBCG, outro fato que contribuiu para a tensão entre os agentes foi a Ação Civil Pública¹³, impetrada pelo engenheiro Carlos Seara Muradás, que, por meio deste ato jurídico, manifestou-se de forma contrária a qualquer ato dos agentes públicos e/ou privados que pudesse causar dano à unidade de conservação, indicando como requeridos Soifer, Soifer & Cia Ltda., o Estado do Paraná, a Prefeitura de Curitiba e o secretário do Meio Ambiente, Renato Eugênio de Lima (pessoa física).

Em 28 de junho de 2013, o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública concedeu uma liminar que suspendeu “atos que autorizem a supressão total ou parcial do Bosque Luiza Gomm”, estabelecendo a multa de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), caso ocorresse algum ato que descumprisse a determinação na área do Bosque.

Neste contexto, o conflito pelo patrimônio ambiental e do espaço público foi exteriorizado politicamente por atos e manifestações ao longo do período de análise desta pesquisa (20 de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2016).

Cabe aqui evidenciar as principais questões mobilizadoras da disputa em evidência. De um lado, é possível visualizar o interesse do grupo proprietário do *shopping center* em facilitar o acesso ao empreendimento antes do início da sua operação. Corroborando essa motivação, o IPPUC contribui com a aprovação do projeto de implantação deste sistema viário. O prefeito à época, Gustavo Fruet, estava no ano inicial de seu primeiro mandato como líder maior da gestão municipal.

É importante ressaltar o quadro político da composição do cenário onde a disputa se evidencia para compreender como os agentes se movimentam de acordo com seus interesses, e estabelecem alianças ou concorrências com outros agentes.

Conforme mencionado, em janeiro de 2013, Gustavo Bonatto Fruet (PDT) assume a gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba. No âmbito estadual, o governo estava sob o comando de Carlos Alberto Richa (PSDB), em seu primeiro mandato como governador e, no âmbito federal, final do primeiro governo Dilma (PT). A visualização do contexto político amplo nos permite verificar que, aparentemente, existe divergência política entre os representantes do poder executivo nas três esferas administrativas, por serem filiados a partidos de concepções diferentes.

¹³ Ação popular perante a Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba — Processo n°. 0002028 — 14.2013.8.16.0179.

Esse possível desacordo aumenta a complexidade da ação dos agentes públicos, pois não são previsíveis suas estratégias e ações na direção de seus interesses. No caso da disputa do Bosque Gomm, existe uma sobreposição entre a esfera municipal e estadual, pois a área onde a reivindicação da criação do parque incide é municipal, mas o patrimônio arquitetônico da Casa Gomm é estadual.

A primeira filiação de Fruet foi ao PMDB, partido em que permaneceu no período entre os anos de 1999 e 2007. Em 2004, Fruet começa a articular sua pré-candidatura própria à prefeitura de Curitiba, a qual não teve apoio dos setores hegemônicos do PMDB. Assim, após a convenção municipal do partido que decidiu trocar sua candidatura pela indicação de vice-candidato na chapa de Ângelo Vanhoni (PT), Fruet declara apoio a Beto Richa (PSDB). O episódio marca sua saída do PMDB, ficando sem partido até fevereiro de 2005, quando se filiou ao PSDB, sendo eleito o deputado federal mais votado no Paraná. Durante o período de 2005 a 2011, realizou intensa atividade na Câmara dos Deputados marcada pela atuação em diversas CPIs e postura oposicionista ao governo Lula. Em 2010, lançou sua candidatura ao Senado Federal, ainda pelo PSDB, ficando em terceiro lugar na disputa que elegeu Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB). No ano seguinte, tentou encampar sua candidatura própria à Prefeitura de Curitiba, porém o partido articulou-se para apoiar a candidatura de Luciano Ducci, o que o fez deixar o partido e se filiar, em seguida, ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Assim, em 2012, foi candidato ao executivo municipal com o apoio do PT e PV, tendo como principais adversários Luciano Ducci (PSDB) e Ratinho Jr. (PSC). No primeiro turno, foi o segundo candidato mais votado, deixando Ducci fora da disputa. No segundo turno, em disputa com o candidato Ratinho JR, foi eleito com 60% dos votos válidos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (CPDOC, 2019a).

De certa maneira, a vitória do candidato do PDT indicou uma ruptura na hegemonia do grupo político à frente da gestão municipal desde 1989, quando Jaime Lerner (PDT) assume a Prefeitura, sendo sucedido por Rafael Greca de Macedo (1993-1996) - PDT, Cássio Taniguchi do PFL por dois mandatos (1997-2000 e 2001-2004), Beto Richa (PSDB), entre 2005-2008 e 2009-2010, quando assume seu vice, Luciano Ducci (PSB), para finalizar o mandato em 2012. Entretanto, Fruet recebeu apoio de Jaime Lerner no segundo turno, dificultando a afirmação de renovação completa no quadro político municipal.

A conquista do poder executivo em coligação com o Partido dos Trabalhadores (PT), da vice-prefeita Miriam Gonçalves, rendeu diversas críticas, visto que o prefeito recém-eleito teve atuação expressiva no caso do mensalão¹⁴. Entretanto, Fruet sempre rebateu as críticas afirmando que sua ação era contra a corrupção e não direcionada ao partido.

No âmbito estadual, o governo estava sob o comando de Beto Richa (PSDB), em seu primeiro mandato como governador. O desalinhamento político entre as esferas estadual e municipal pode ser visualizado por meio do fim dos subsídios ao sistema de transporte da Região Metropolitana de Curitiba, anunciado pelo governador em maio de 2013. Para manter a integração metropolitana do transporte coletivo, a Prefeitura de Curitiba assumiu os custos da operação — até então paga pelo subsídio estadual para o convênio entre Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS) —, culminando no aumento da tarifa.

Diante do exposto, é possível visualizar que o político passou por partidos “antagônicos” e sua permanência/saída teve como mote o apoio a sua candidatura à liderança do poder executivo municipal. A condição de prefeito foi alcançada em 2012, com mandato entre 2013-2016, período que coincide com o recorte temporal desta pesquisa. A trajetória política de Fruet é uma informação que nos ajuda a entender seu posicionamento ao longo da disputa do Bosque Gomm, pois, ao mesmo tempo em que sua candidatura representasse, de certa maneira, uma renovação no quadro político municipal, existia o desafio de dinâmicas pré-existentes dentro dos âmbitos técnicos e as desavenças com o poder executivo estadual. Já no início da mobilização, a SBCG denuncia as irregularidades tanto sob a perspectiva municipal quanto estadual, provocando o prefeito e o governador a agirem. Desta maneira, é possível visualizar que, embora existissem divergências entre as lideranças do poder executivo, na disputa, de certa maneira, ao serem tensionados, encontravam-se em posições paralelas.

¹⁴ O caso do Mensalão refere-se às ações que envolviam repasses de fundos de empresas ao PT para conquistar o apoio de políticos, viabilizando esquemas de corrupção. Para a investigação destas práticas, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Mensalão, da qual o então deputado Gustavo Fruet fazia parte como sub-relator de movimentação financeira.

4.2 HISTÓRICO DA “CASA GOMM”

O inglês Harry Herbert Gomm (1862-1929) implantou o novo processo de secagem das folhas da erva-mate, chamado de "barbacuá", no interior do Paraná, iniciando, assim, um bem-sucedido negócio de exportação. No início do século XX, muda-se para Curitiba e, em 1912, constrói a Casa do Batel (como a Casa Gomm era chamada pela família). Em estilo americano, nos moldes das residências tradicionais da Nova Inglaterra (EUA), foi construída toda em madeira de araucária, fornecida pela madeireira Brazilian Lumber Company, concessionária da Brazilian Railways, empresa americana responsável pela construção da estrada de ferro, na qual Harry trabalhara.

Durante anos, foi sede do consulado britânico e palco de intensa atividade social, ficou internacionalmente conhecida pela música vencedora do Festival de Deauville (França), "Monsieur le Consul à Curitiba" que faz referência à casa do então cônsul inglês, Blas Gomm, filho de Harry H. Gomm (FCC, 1987).

Localizada em meio a uma extensa área de bosque, a composição arquitetônica adotada — recortes em volumes irregulares — confere-lhe originalidade. Estas características foram identificadas e culminaram no tombamento da residência e do bosque, em 1988, pelo Governo do Paraná (processo n. 04/88 – inscrição Tombo 07-III).

Um ano antes do tombamento, em 1987, o imóvel da família Gomm é vendido à empresa Soifer e Berman Ltda. As primeiras notícias sobre a compra do imóvel remontam ao mês de março de 1987, e divulgam que a intenção dos novos proprietários era de manter boa parte dos recursos existentes na propriedade (bosque e casa) e criar um clube particular, nos moldes do Clube Curitibano e do Graciosa Clube.

No mês de junho, a gestão do prefeito Roberto Requião decreta a área do Bosque e da Casa Gomm como área de utilidade pública para fins de desapropriação, considerados "de alto interesse público a preservação de áreas verdes e a incorporação destas ao patrimônio público" (GAZETA DO POVO, 1987). Com isso, começa a disputa em torno do imóvel, mobilizando diversos setores da sociedade, desde a Câmara de Vereadores, agentes ligados às secretarias do município, bem como associações profissionais, culminando na mobilização do Movimento Ecolatu-Oby, composto por 35 entidades que apoiavam a transformação

Em seguida, não aceitando a transformação de sua propriedade em área pública, a empresa Soifer, Berman e Cia Ltda. propôs um mandado de segurança contra o ato do prefeito, alegando que "o Município não tem competência para fazer desapropriação por interesse social". Além disso, justifica que a área já era de preservação ambiental, o que fez com que os empreendedores avaliassem qual era o potencial de construção na área, considerando a preservação do bosque e da casa existentes antes da compra do imóvel, acusando o prefeito de abuso de poder, arbitrariedade e ilegalidade.

Durante o período de um mês, diversas reportagens discorrem sobre possibilidades para a desapropriação das quatro áreas verdes anunciadas pelo prefeito Roberto Requião. Chama a atenção a menção da estratégia de negociar com os proprietários essas áreas em troca de terrenos do município em diversos pontos da cidade (CASA DA MEMÓRIA, 2019a) e a justificativa do prefeito para seu ato

Nós estamos dando prioridade aos bairros mais pobres, onde há grande dívida de qualidade de vida e infraestrutura. No caso do Batel, preservar sua última reserva é uma obrigação para garantir a sobrevivência da qualidade do bairro rico. Como exemplo, o que seria de Curitiba se os prefeitos do passado não tivessem preservado os bosques do Passeio Público e da Praça Osório? (CASA DA MEMÓRIA, 2019a).

É interessante mencionar uma nota oficial expedida por Soifer, Berman e Cia Ltda., em 19 de março de 1987, negando a intenção de construir edifícios em altura no local, justificando a impossibilidade pela legislação vigente no local.

Esse episódio levou a uma discussão pública sobre a legalidade do ato do prefeito. O desfecho, por todas as instâncias jurídicas pelas quais o processo passou, foi a afirmação de que o decreto é válido, pois, segundo o procurador geral da prefeitura à época, Edson Tavares, "cabe a Prefeitura zelar pela preservação das áreas verdes".

Neste momento, os jornais anunciam que a intenção dos empreendedores era construir ora um clube privado, ora um edifício comercial e também eram estudadas pela Prefeitura a possibilidade de instalação de uma escola de belas artes e a proposta da sociedade ucraniana de cuidar da preservação da área (JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, 1987).

A discussão é levada à Câmara de Vereadores, em audiência pública no dia 30 de março, sessão que foi aberta pelo vice-prefeito e presidente do IPPUC Adhail Sprenger Passos: "Preservar, apenas, não é o suficiente. É preciso franquear ao uso público".

Nesta audiência, o vice-prefeito justifica a desapropriação do local, assim como de três outras áreas verdes, como forma de aumentar o número de áreas verdes por habitante, dar acesso à área verde aos moradores do Batel, uma vez que "o uso do bosque deve atender à comunidade: deve-se garantir sua utilização pública, pois a preservação do verde é uma necessidade básica de todos os cidadãos" (CASA DA MEMÓRIA, 1987).

Em outra declaração, o vice-prefeito justifica a desapropriação, pois "já havia planos para transformar o local em área de aproveitamento público, mas não de desapropriação imediata. Segundo o vice-prefeito, foram as consultas sobre o Bosque Luísa Gomm, feitas por empresas privadas diante da intenção da família Gomm em vendê-lo, que apressaram a decisão da Prefeitura".

Segundo o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Alberto Folloni Neto, "a Prefeitura quer dar uma área verde pública ao Batel porque o bairro tem alta concentração populacional e não possui nenhum espaço deste tipo".

O vereador Aziz Domingues se manifestara contrário à desapropriação do local para fins públicos, questionando a validade de se fazer um local público em um bairro de classe média alta, como o Batel, que não aproveitaria o investimento feito ali (CASA DA MEMÓRIA, 2019b).

Em 09 de abril de 1987, a comunidade ucraniana do Paraná envia um telex ao vice-prefeito e presidente do IPPUC, Adhail Sprenger Passos, manifestando seu interesse em cuidar do Bosque dos Gomm, no texto original:

Estimado Adhail, o bosque que pertencia à família Gomm deve ser do povo. Em nome da etnia ucraniana, que soma mais de 300 mil descendentes no Paraná, sugiro e solicito que o bosque fique aos cuidados da nossa etnia, à semelhança do Bosque Papa João Paulo II, que está sob cuidados da etnia polonesa (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1987).

Representantes de entidades civis e religiosas da comunidade Ucraniana, em reunião com o prefeito, apresentaram uma programação do que pretendiam executar no Bosque Luiza Bueno Gomm, nos moldes do que a comunidade polonesa fez no Bosque João Paulo II, que administra o local e promove festas e

eventos culturais (Estado do Paraná, 1987). No dia anterior, o presidente da Representação Central Ucraniano-Brasileira, juntamente com a deputada Vera Agibert, estivera no IPPUC em reunião com o presidente Adhail Sprenger Passos e o supervisor de planejamento, Orlando Busarello (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1987).

Outra vertente da sociedade civil mobilizada, articulada pelo vereador Gilberto Daher (PMDB), foi a de ecologistas e entidades de classe, que fundaram o Comitê Pró-conservação do Bosque Luísa Gomm, o qual contou com a participação da Associação Dos Engenheiros e Agrônomos — ADEA, Instituto de Terras, Cartografia e Florestas — ITCF, o Clube de Montanhismo, a Associação dos Engenheiros Florestais, a Associação dos Biólogos, o Movimento de Ação Ecológica e outros (CASA DA MEMÓRIA, 2019c).

Dentre as discussões e ações que o grupo mobilizara, citamos uma passeata que teve início na Praça Osório, com destino ao Bosque Gomm, a fim de chamar a atenção de outros cidadãos curitibanos para o assunto, e a discussão de formas para acessar e/ou gerar recursos para o pagamento da desapropriação (CASA DA MEMÓRIA, 2019d). Em visita do terreno (CASA DA MEMÓRIA, 2019e), as entidades ecológicas fundadoras do movimento lançaram a ideia de utilizar a casa existente para a fundação do primeiro museu ecológico de Curitiba. Além de abrigar dados sobre a fauna e a flora paranaenses, serviria de sede para as entidades ecológicas.

Entretanto, os empresários recorreram à justiça para reivindicar a suspensão do decreto municipal. Essa disputa chegou até o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), o qual não aprovou o recurso da Prefeitura Municipal de Curitiba para prosseguir com a desapropriação por utilidade pública. Essa decisão consta no Recurso Especial nº 2640-0 Paraná, indeferido em 03 de junho de 1992.

Na pesquisa documental, não encontramos informações sobre a aprovação do projeto arquitetônico e complementares. Entretanto, para viabilizar a construção do *shopping center*, a Casa Gomm — patrimônio tombado juntamente com a área verde que a abrigava —, foi transferida de local no ano 2000.

Figura 17 - Localização da Casa Gomm e do Bosque Luiza Gomm, em 1990 e 2013, respectivamente¹⁵.



Fonte: IPPUC (2012), elaborado pela autora (2020).

Tal medida expõe a fragilidade dos mecanismos de preservação do patrimônio cultural, mesmo aqueles sob a proteção máxima que sugere o tombamento. Na pesquisa documental realizada na Casa da Memória de Curitiba, no período de junho e julho de 2019, não foram encontrados registros de manifestações públicas sobre a mudança de local da Casa Gomm.

Vale observar que, desde a disputa pela propriedade da área entre a gestão Requião (1986-1989) até o início das obras em 2008, ocorreram cinco gestões diferentes: Jaime Lerner (1989 a 1992); Rafael Greca (1993-1996); Cássio Taniguchi (1997-2000 e 2001-2004) e Beto Richa (2005-2008), todos do mesmo grupo político que, embora com divergências pessoais entre si, não acarretou mudanças significativas na gestão municipal que pudessem influenciar o prosseguimento do projeto do Grupo Soifer. Na análise documental não constam diversos documentos que compõem todo o trâmite de aprovação de projetos e obtenção de licenças para

¹⁵ A figura à esquerda indica a localização original da Casa Gomm, o bosque existente e a projeção de onde seria construído o *shopping* Pátio Batel. A figura da direita apresenta o shopping em construção, a nova localização da Casa Gomm e o remanescente do bosque.

a realização da obra. Portanto, não conseguimos visualizar o que contribuiu para que o tempo entre a obtenção da Licença Ambiental Prévia e a Licença Ambiental de Instalação (LP nº 017/2004), a Licença de Instalação (LI nº 13000078) e o Alvará de Construção (Alvará Nº 319759/2013) fossem obtidos apenas cinco anos após o início das obras (2008). Foi só em 2013, com a discussão das medidas mitigadoras relacionadas à futura operação do shopping que os documentos demonstram a intenção do grupo Soifer e o posicionamento da Prefeitura de Curitiba, por meio das suas Secretarias e do Conselho Municipal de Curitiba, para viabilizar o empreendimento.

Foi no período das manifestações ocorridas Brasil afora, em junho de 2013, que se formou o coletivo “Salvemos o Bosque da Casa Gomm”. A denúncia sobre a possível supressão do bosque para se transformar em uma via de acesso ao shopping Pátio Batel foi o fator originário do movimento. Durante três anos, o coletivo originado utilizando a rede social Facebook conseguiu mobilizar ações on-line e off-line, envolvendo cidadãos de todo o município em atividades comunitárias de ocupação e apropriação do espaço público — como a feira de troca de brinquedos, o mutirão de mosaico, o plantio de horta e agroflorestal —, redefinindo o uso do espaço urbano.

As estratégias de mobilização do grupo compreendiam ações on-line, utilizando-se a plataforma Facebook, e off-line, por meio de atividades culturais realizadas no local em disputa. E, ainda mesmo que não liderada pelo movimento, a disputa também se deu no âmbito jurídico, com a Ação Civil Pública.

4.3 ANÁLISE DA “SALVEMOS O BOSQUE DA CASA GOMM”

Conforme anunciamos anteriormente, no capítulo 1.2, e no intuito de realizar uma abordagem qualitativa, utilizamos a Análise de Conteúdo (AC) para o estudo de caso. Segundo Marconi e Lakatos (1986, p. 100), a Análise de Conteúdo é uma técnica que tem por objetivo a investigação dos produtos da ação humana, voltando-se para o conteúdo das ideias e não das palavras em si, tendo como atributos a descrição de tendências gerais dos conteúdos comunicados. No que tange a produção ou motivos de conteúdo, propõe-se a identificar as interações ou outras características das comunicações, possibilitando a identificação e expressão das atitudes, interesses e valores de grupos de população (Marconi; Lakatos, 1986, p.

101). Neste sentido, optamos por adotar as categorias utilizadas pelo Observatório de Conflitos de Curitiba, nos apropriando das reflexões acerca dos incrementos metodológicos do processo de pesquisa do referido estudo.

A seguir, apresentaremos os dados coletados nos eventos publicados na página da SBCG, em sua página da rede social Facebook, no período entre 20 de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2016. No total, foram levantados 139 eventos, os quais foram analisados com apoio do software Atlas.ti, a fim de estabelecer relações entre os agentes, seus objetos de interesse, forma de protesto e participação.

4.3.1 Objetos em disputa

Essa categoria de investigação foi realizada por meio da seleção de segmento(s) de texto que indicassem o objeto em disputa. A partir desta seleção, gerou-se uma lista de palavras, posteriormente importada para o software on-line Wordart.com (ferramenta para geração de nuvem de palavras “*word cloud*”). A formação da nuvem de palavras acontece pela soma das palavras, onde as que numericamente se repetem mais formam as palavras maiores. Portanto, o tamanho da palavra na nuvem representa proporcionalmente o quanto ela aparece na narrativa dos manifestantes.

Para a obtenção da imagem final, foram excluídas as palavras “de”, “que”, “da” e “do” que apareciam em maior quantidade, distorcendo o resultado, por não contribuírem para o entendimento sobre os objetos. Também foram excluídas as ocorrências únicas. A síntese pode ser visualizada na Figura 18, a seguir.

Já o pronome “se” (20) aparece, na maior parte das ocorrências, relacionado às ações de mobilização para que os cidadãos participem das atividades de ocupação do espaço público, como, por exemplo, “Junte-**se** a esta força cívica e venha divertir-**se** ajudando a pensar uma nova Curitiba” (SBDG, 2015 grifo da autora).

A palavra “cidade” (18) é utilizada na comunicação para se referir a dois aspectos: para estabelecer relação entre o espaço em disputa e o contexto municipal, e para apontar questionamentos sobre a cidade, conforme ilustram as sentenças: “Venha conhecer o mais novo PARQUE da cidade!” (SBDG, 2015) e “Celebremos a vida e o renascimento de uma cidade que tenha a coragem de se imaginar MELHOR para suas crianças!” (SBCG, 2014).

A convocação para a participação nas atividades, bem como para conhecer o espaço público e desfrutá-lo, é um ato realizado repetidamente ao longo dos anos. Além disso, as críticas e proposições acerca de outra visão de cidade embasam diversas falas que utilizam pronomes possessivos para aproximar o cidadão da disputa, bem como o incluem na voz coletiva de reivindicação. A utilização dos pronomes “sua” (17) e “nosso” (14) podem ser visualizadas a seguir.

Muito mais do que um lugar para sentar, este é mais um singelo símbolo de que **no**ssa cidade precisa juntar e colar os cacos de seu planejamento urbano destrocado, além de nos recordar que os curitibanos de **TO**DOS os bairros precisam se unir para retomarem, juntos, os rumos de **sua** cidade. (SBDG, 2013 grifo da autora).

Uma palavra que chama a atenção na composição da síntese dos objetos é “**n**ão” (15), refletindo o caráter de resistência do movimento e de questionamento da realidade existente, como em “Despedem-**se** de alguns brinquedos e recebem outros com muita alegria! Experiências únicas que **n**ão acontecem em uma loja de brinquedos e muito menos no *shopping center*!” (SBDG, 2014 grifo da autora).

O vocábulo “**p**or” (15) indica tanto a abrangência da reivindicação quanto uma ação pretendida:

Enquanto aguardamos a oficialização do Parque que **J**Á existe, continuamos a cuidar dele e a abrir espaço para atividades e experiências que poderiam e deveriam multiplicar-**se** por toda a cidade e RMC (SBDG, 2014 grifo da autora).

e “Participe, **p**or um outro urbanismo!” (SBDG, 2013 grifo da autora).

O termo “Todo” (14) é empregado ao longo de toda a trajetória do movimento para evidenciar o caráter inclusivo da disputa, no sentido de convocação dos curitibanos das mais diversas regiões e condições socioeconômicas e políticas como “todos os bosquímanos”, o que se aplica também quando utilizaram o termo “curitibano” (14), “ainda que a Prefeitura se recuse a abri-lo, o inauguraremos nos corações de todos os curitibanos” e “Para discutir a próxima etapa, é hora de retomarmos, todos juntos, o processo que nos trouxe de 2013 até aqui”. Em adição ao termo “toda” (10), que indica a abrangência da reivindicação de “toda Curitiba”, “toda a cidade”.

A maior aplicação do vocábulo “novo” (11) é para se referir ao objeto Parque como o “mais novo parque dos curitibanos”.

Por fim, o termo Espaço (10) é utilizado para se referir ao local físico da disputa quanto ao local simbólico, como podemos observar em: “espaço onde uma nova Curitiba está sendo gestada” (SBCG, 2015) e “O Parque Gomm será um dos espaços que expressará arte, de forma descontraída, alegre e comprometida!” (SBCG, 2014).

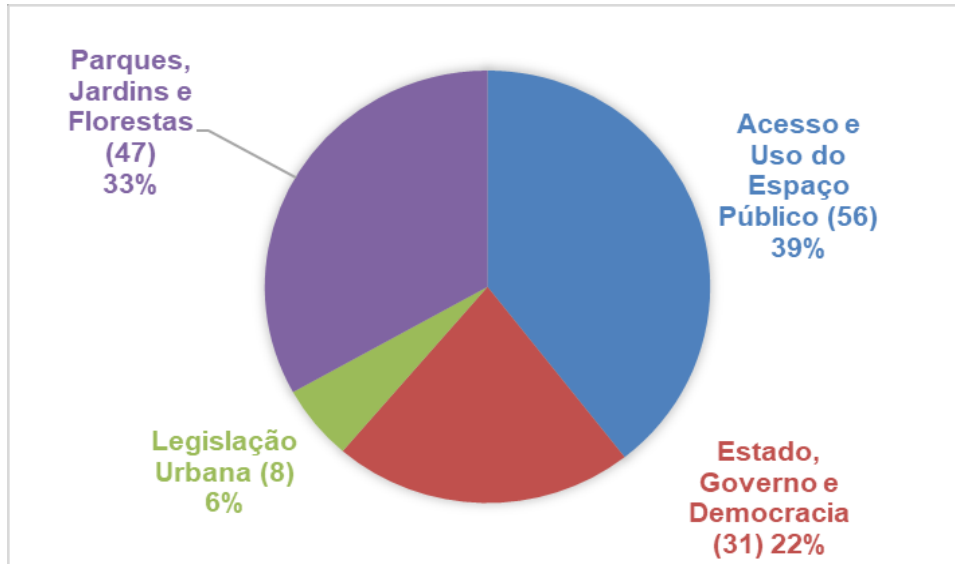
4.3.1.1 Categorias dos Objetos

A categorização dos objetos é a atribuição de uma classificação abstrata, inicialmente adotada pelo Observatório de Conflitos do Rio de Janeiro, adotada pelo Observatório de Conflitos de Curitiba, quais sejam: 1) Acesso e Uso do Espaço Público; 2) Parques, Jardins e Florestas; 3) Água, Esgoto e Drenagem; 4) Rios, Lagos e Praias; 5) Energia e gás; 6) Lixo e Resíduos; 7) Segurança pública; 8) Educação; 9) Moradia; 10) Saúde; 11) Estado, Governo e Democracia; 13) Gênero e Igualdade Racial; 14) Trabalho e Direitos Trabalhistas; 15) Questão Fundiária; 16) Legislação Urbana; 17) Transporte, Trânsito e Circulação; 18) Patrimônio Cultural; 19) Infraestrutura de Comunicação; 20) Infraestrutura viária e transporte; 21) Espaço Sonoro e Visual; 22) Vizinhança e 23) Outros. Ao utilizarmos as categorias pré-estabelecidas, é possível visualizar a classe da reivindicação dos objetos.

No caso da disputa no Bosque Gomm, os segmentos de texto utilizados para evidenciar os objetos nos 139 eventos receberam nenhuma, uma ou mais etiquetas das 23 categorias pré-determinadas. Por este motivo, a soma das etiquetas das

categorias de objetos não totaliza 139. O resultado da soma de todas as etiquetas pode ser visualizado na Figura 19.

Figura 19 - Categoria de objetos



Fonte: a autora (2020).

Diante das opções disponíveis, apenas quatro categorias foram atribuídas. Podemos observar que, em certa medida, existe uma proporcionalidade entre as três categorias mais atribuídas. A maior quantidade se refere aos objetos que têm como fator motivador o “Acesso e o Uso do Espaço Público” (39%), seguido de “Parques, Jardins e Florestas” (33%) e “Estado, Governo e Democracia” (22%).

A categoria “Acesso e Uso do Espaço Público” é indicada quando a reclamação versa sobre as atividades realizadas no espaço como construção simbólica do lugar, apropriando-se do espaço em disputa. Essa categoria é a mais expressiva, pois desde que a SBCG começou a realizar atividades no espaço público, o objeto em disputa se refere justamente ao fenômeno de ocupação, o qual aconteceu tanto com diversidade de formas quanto com a frequência de determinadas atividades que, ao se repetirem, preservavam a manifestação do conflito.

Figura 20 - Manifestação pelo acesso ao espaço público.



Fonte: SBCG (2013).

A Figura 20 se refere à reivindicação inicial da SBCG que era de acesso ao espaço público, tanto no caso da Casa Gomm quanto do gramado do Parque Gomm. Quando o acesso à parte gramada foi liberado, essa reclamação não apareceu mais na narrativa da SBCG, enquanto a questão do uso do espaço se tornou preponderante.

Já a categoria “Parques, Jardins e Florestas”, refere-se às reivindicações relacionadas à preservação e/ou acesso ao Bosque Gomm, e também sobre a criação do Parque Gomm, como unidade de conservação e espaço público.

Figura 21 - Protesto reivindicando a criação do parque.



Fonte: SBCG (2013).

A categoria “Estado, Governo e Democracia” é relacionada à reivindicação da participação/incidência cidadã no processo de produção da cidade, como indica o trecho abaixo.

Que venham todos que queiram e puderem, homens e mulheres, anciãos e infantes, irredutíveis habitantes de uma aldeia em expansão, que **não se curvam — ou não se curvarão mais** — às pedras das fortalezas comerciais construídas sobre nossas árvores, arbustos e touceiras (SBDG, 2013 grifo da autora).

Nesta categoria também foram listados os eventos onde a construção coletiva do parque é enfatizada como uma expressão da democracia.

Figura 22 - Evento em comemoração ao aniversário de Curitiba.



Fonte: SBCG (2015).

Em diversos momentos, a bandeira de Curitiba aparece nos registros das atividades realizadas pela SBCG, reforçando o discurso de civismo.

Na categoria “Legislação Urbana” foram agrupados os argumentos que se relacionam à reivindicação de “uma nova política urbana”. Essa expressão foi utilizada pela SBCG se referindo aos acordos coletivos (sem especificar quais) e, possivelmente, comportamentos relacionados à cultura urbana.

Essa categoria tem menos ocorrências, pois, ao longo dos eventos, não houve reivindicações sobre regulações específicas, como a aplicação de uma determinada normativa ou alteração de conteúdo das existentes. O movimento reclamava de forma mais ampla, como vemos em “Nos reuniremos cerimonialmente

ao redor de nosso totem refundador: o Bosque Gomm, ponto fulcral de uma nova política urbana” (SBCG, 2013).

Outra questão interessante relacionada a um aspecto da política urbana foi a proposta da gestão do Parque Gomm ser compartilhada entre agentes públicos e societários. Essa reivindicação aparece na convocação de um evento informando que “o Parque Gomm vai ser o primeiro parque com gestão compartilhada da cidade” (SBDG, 2014), e também está presente em uma proposta de Regimento para Gestão Compartilhada do Parque Gomm, elaborada pela SBCG e entregue à SMMA em reunião em abril de 2016.

Ressaltamos que, em relação a esta categoria, a SBCG não aponta, em nenhuma das convocações, questões referentes a índices e instrumentos urbanísticos, como o fato do projeto ter ultrapassado o coeficiente de aproveitamento do lote e também excedido a taxa de ocupação, o que culminou na compra de potencial construtivo — mecanismo utilizado pelo shopping para normalizar os excessos construtivos para regularização do empreendimento e obtenção do alvará.

A fim de sintetizar a análise sobre os objetos e suas categorias, apresentamos a seguir, na Tabela 1, a correlação entre os objetos que tiveram maior ocorrência no levantamento de dados e as categorias de objetos atribuídas a eles.

Tabela 1 - Correlação entre objeto e categoria de objeto.

Objeto	Categoria de objeto	
Parque Gomm Curitiba	Parques, Jardins e Florestas	Acesso e o uso do espaço público
Mais Venha Se	Acesso e o uso do espaço público	Estado, Governo e Democracia
Cidade Sua	Parques, Jardins e Florestas	Legislação Urbana
Nosso Não	Acesso e o uso do espaço público	Legislação Urbana
Por Todo	Estado, Governo e Democracia	Legislação Urbana
Curitiba	Parques, Jardins e Florestas	
Toda Novo Espaço	Estado, Governo e Democracia	
	Parques, Jardins e Florestas	
	Parques, Jardins e Florestas	

Fonte: a autora (2020).

Percebemos um padrão de agrupamento entre objeto e categoria de objeto, que se refere à categoria “Legislação Urbana”. Em geral, ela está atribuída em

associação com uma das outras categorias, indicando que a reivindicação por Legislação Urbana possui relação direta tanto com a criação de equipamento público (referente a “Parque, Jardins e Florestas”) quanto com o acesso e uso do mesmo (“Acesso e uso do espaço público”).

4.3.2 Sobre os agentes

Para a análise dos agentes envolvidos na disputa, utilizamos duas formas: uma qualitativa (conforme metodologia utilizada pelo Observatório de Conflitos de Curitiba), por meio da identificação do nome dos agentes; e outra adjetiva, atribuindo uma categoria à “forma de participação” dos sujeitos na disputa, quais sejam: agente instigador, agente reclamado, opositor, afetado, e apoiador.

No que tange à análise quantitativa, ao total foram levantados 60 agentes, dentre os quais se destacam: Salvemos o Bosque da Casa Gomm (139 aparições), Inês Teresinha Bonatto (31), Leda Emi Sew (30), Diogo Coneglian (27), Elli Nowatzki (25) e Bibliotecas Livres (18).

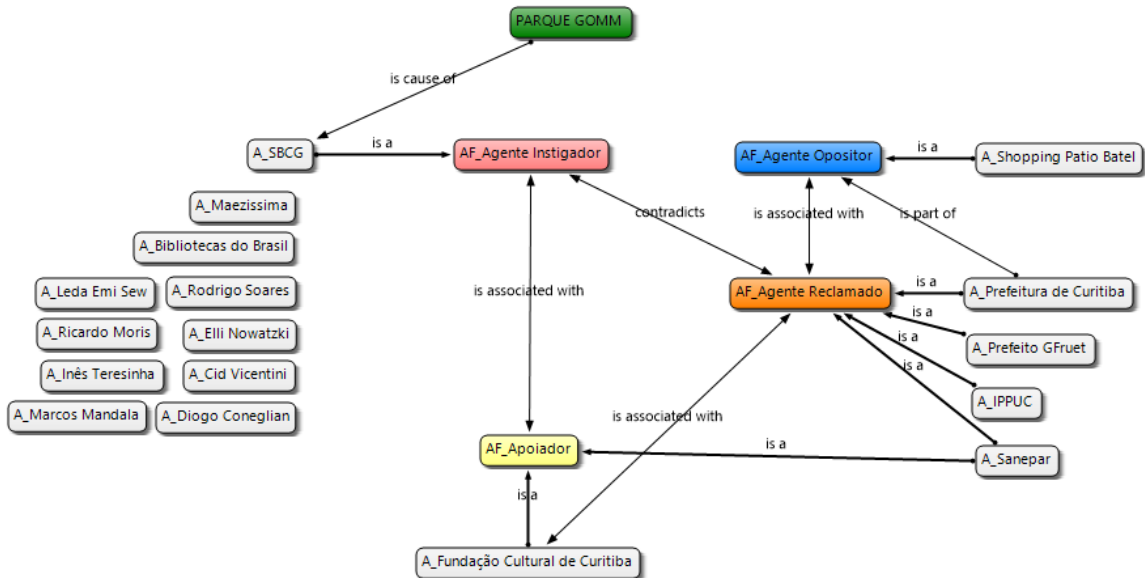
A disputa pela criação do Parque Gomm é a motivação principal para a congregação de pessoas sob o nome de “Salvemos o Bosque da Casa Gomm”. Embora a SBCG se coloque como um agente coletivo, ficou evidente, ao longo de período de análise, que a proposição de atividades por pessoas físicas ou participantes de outros coletivos e/ou movimentos sociais foi um comportamento frequente na mobilização de agentes na disputa. Desta forma, podemos inferir que a SBCG é composta por diversos agentes, os quais são instigadores do conflito. Eles dirigem suas reivindicações a um agente reclamado que, neste caso, teve como principais sujeitos agentes e agências estatais, como a Prefeitura de Curitiba, o prefeito à época (Gustavo Fruet), o Ippuc e a Sanepar.

Nos textos referentes aos eventos da SBCG, podemos observar que, via de regra, a Prefeitura de Curitiba detém o papel de agente reclamado, pois as reivindicações, em geral, são direcionadas a ela. Entretanto, mesmo que não diretamente mencionado no conteúdo dos eventos, o shopping Pátio Batel configura-se como o agente opositor, uma vez que seus interesses conflitam com os objetos reclamados pela SBCG.

A fim de visualizar a relação entre os agentes e sua forma de participação, elaboramos uma “*network* elaboramos uma “*network view*” que pode ser visualizada na

Figura 23.

Figura 23 - Relação entre agentes e sua forma de participação.



Fonte: a autora (2020).

É válido ressaltar que, embora a Sanepar tenha sido um agente reclamado pela SBCG no episódio conhecido como “merdoduto”¹⁶, em atividade posterior, configurou-se como agente apoiador da disputa, ao realizar atividade conjunta com os cidadãos mobilizados. E a Fundação Cultural de Curitiba (FCC) apoiou atividades culturais promovidas pela SBCG. Desta maneira, podemos observar que os sujeitos públicos assumem diferentes posições na disputa, dependendo do contexto e dos interesses em conflito.

Neste ponto, é válido inserirmos nesta análise a perspectiva poulatziana sobre o Estado que, segundo o autor, configura-se como a condensação material de uma relação social de classe, ou seja, supera o dilema da concepção instrumentalista do Estado (coisa-instrumento), e o Estado concebido como sujeito

¹⁶ Em junho de 2015, a Prefeitura de Curitiba autoriza a Sanepar a realizar obra dentro do Bosque Gomm para reparar tubulação de esgoto rompida na área da Casa Gomm. Essa ação é indicada como irregular pela SBCG, uma vez que: i) o bosque é tombado, não podendo ser alterado; 2) como medida da Ação Civil Pública, o Poder Judiciário fixou em R\$ 100 milhões de reais para cada ato realizado em parte e/ou totalidade da área do objeto em questão (Bosque Gomm), indicando que o ele não poderia ser acessado nem mexido; 3) os danos provocados na tubulação existente, provavelmente foram causados pelo peso dos carros estacionados sobre a área municipal, que está sendo utilizada pelos servidores da Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná (CEPHA), localizada na Casa Gomm, o que configura invasão de área municipal.

(ente autônomo dotado de racionalidade, detentor da burocracia) (POULANTZAS, 1985, p. 147 e 148).

Neste sentido, o autor discorre sobre o aspecto material do Estado, que não desaparece, mas é colocado em oposição às relações de produção e divisão social do trabalho, demonstrando que, além das relações de força, o Estado também apresenta uma opacidade e uma resistência próprias, o que ele chama de ossatura material de suas instituições.

Ao explanar esta concepção de Estado, o autor chama a atenção para o caráter contraditório nessa condensação material de uma relação de forças, as quais estão inseridas no estabelecimento da política do Estado, ou seja, ela é resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-relação) (POULANTZAS, 1985, p.152). Assim, é o jogo das contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado (POULANTZAS, 1985 - p. 153).

De acordo com essa perspectiva, conseguimos superar as noções de que os agentes públicos supostamente deveriam ter um mesmo comportamento, os quais hipoteticamente comporiam um bloco uno da gestão municipal. Neste sentido, é compreensível visualizar como os agentes públicos, como Fundação Cultural de Curitiba e a Sanepar, apresentaram-se como agentes apoiadores de ações da SBCG, e ao mesmo tempo, também figuraram como agentes reclamados.

4.3.3 SOBRE O REPERTÓRIO DE PROTESTO

A terceira análise se refere ao repertório do protesto, ou seja, à forma como os agentes se manifestam na disputa. Para isto, na descrição de cada evento foram levantadas três informações relativas ao repertório:

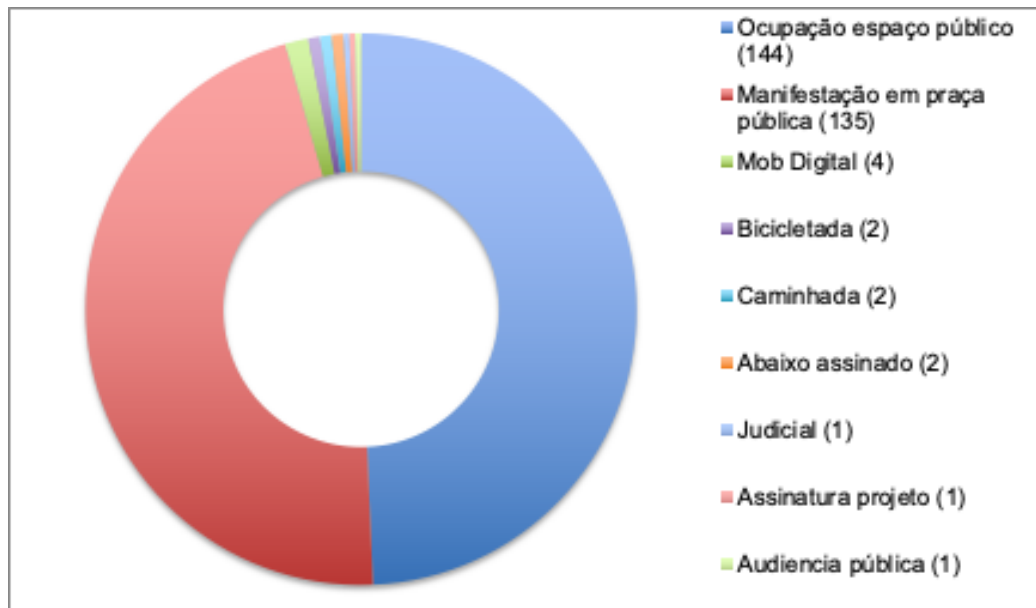
- 1) Descrição da atividade realizada (forma de protesto);
- 2) Repertório de protesto — de acordo com as categorias utilizadas pelo Observatório de Conflitos de Curitiba.

Os repertórios de protesto foram classificados de acordo com as categorias indicadas pelo OCC: i) judicial, ii) denúncia via comunicação em massa, iii) denúncia via MP, iv) manifestação em praça pública, v) passeata, vi) fechamento de via pública, vii) depredação, viii) ocupação de prédios ou terrenos, ix) carreatas, x)

confronto direto com forças de segurança, xii) abaixo-assinados, cartas ou solicitações, xii) paralização ou greve, xiii) outros.

No caso em análise, os repertórios de protesto mais utilizados foram: a manifestação em praça pública e ocupação de espaço público, conforme ilustra a Figura 24:

Figura 24 - Repertório de ação



FONTE: a autora (2020).

Ocupação se refere às atividades que o movimento realiza, com efeitos físicos e/ou que favorecem para a consolidação do espaço público. As manifestações são eventos que contribuem na disputa de narrativa e construção simbólica do espaço.

A diferença entre as categorias “manifestação em praça pública” e “ocupação de prédios ou terrenos” é percebida no início da mobilização, quando o portão de acesso ao espaço público, próximo à Casa Gomm, estava fechado por um cadeado. Para acessar este espaço, era necessário solicitar à coordenação do Patrimônio Cultural do Paraná (CEPHA) ou ao “guarda” (profissional contratado para a segurança do local) responsável pela segurança do equipamento público, o qual nem sempre estava disponível e/ou atendia a solicitação dos manifestantes. Desta forma, eles pulavam o muro ou utilizavam quaisquer outros recursos para dispor do espaço público, ocupando-o. Já a “Manifestação em Praça Pública” acontece a partir

do momento em que o acesso ao espaço público fica livre, possibilitando a reunião dos manifestantes.

A “mobilização digital” refere-se à convocação que a SBCG faz para os curtidores da página e/ou frequentadores do espaço se mobilizem no espaço virtual, seja para ampliar o alcance das mensagens para outras pessoas que não conhecem a causa e para que os cidadãos compareçam às atividades, seja para acessar os agentes reclamados.

As bicicletadas são uma atividade em parceria com componentes do movimento cicloativista, e consistem em um percurso realizado com bicicletas com o objetivo de chamar a atenção do entorno para a disputa.

As caminhadas realizadas possuem caráter muito diverso. A primeira, realizada em parceria com a Sanepar, tinha como objetivo a exploração da presença do Rio Ivo no terreno do Parque Gomm, sua relação com o entorno e a cidade e a forma como as políticas públicas de água são geridas no âmbito municipal. A segunda foi realizada durante as festividades de comemoração do aniversário de Jane Jacobs¹⁷, com intuito de, após caminhada apreciativa sobre o entorno do Bosque Gomm, “batizar” um espaço público.

Durante o período analisado, foram realizados dois abaixo-assinados. O primeiro, logo no início da mobilização, pedia a criação do Parque. O segundo, em 24/04/2014, solicitava à Prefeitura a permissão para a realização de arte urbana nos muros municipais no âmbito do Parque Gomm, requerendo também que ela avisasse a Guarda Municipal desta liberação para evitar prejuízos morais aos cidadãos, conforme acontecido no episódio conhecido como “Flor Interrompida” (31/05/2014).

A disputa judicial foi indicada pela Ação Civil Pública impetrada pelo morador da região, o engenheiro civil Carlos S. Muradás. Outra forma de protesto foi a realização de um evento para assinatura do projeto do parque, realizado pela SBCG com agentes públicos, para firmar o pacto de concordância sobre as intervenções a serem feitas no espaço público. Em um dos eventos, a SBCG faz a convocação de cidadãos para que participem da audiência pública sobre o metro de Curitiba.

¹⁷ Jornalista, escritora e ativista norte-americana, expressiva personalidade no âmbito da discussão do urbanismo por questionar a forma de produção do espaço urbano, na década de 1960, defendia que a base para uma cidade saudável são comunidades saudáveis construídas por meio de vínculos sociais.

4.4 OS CONFLITOS NO CONFLITO

À medida que realizamos as análises do capítulo anterior, foi possível observar algumas expressões que se repetem ao longo dos anos e se relacionam com as ações realizadas. Então, analisamos essas expressões e chegamos à conclusão de que elas se conectavam diretamente aos objetos apresentados no subcapítulo 4.3.1.

Neste sentido, ficou evidente para nós que o conflito em análise é multifacetado, sendo compostas por diferentes motivações (“subconflitos”), as quais dão origem a diferentes formas de protesto e, conseqüentemente, reivindicações. Assim, achamos necessário detalhar esses subconflitos a fim de entender de forma mais ampla a estratégia do movimento e os recursos materiais e simbólicos utilizados na disputa para entender sua correlação.

Conforme realizamos as análises, observamos algumas expressões que se repetem ao longo dos anos e se relacionam com as ações realizadas. Então, analisamos essas expressões e chegamos à conclusão de que elas se conectavam diretamente com os objetos apresentados no subcapítulo 4.3.1. O agrupamento dessas expressões e atividades, apresentamos como três subconflitos: “Crie o Parque Usando Ele”, “Laboratório Agrícola a Céu Aberto” e “Tudo que iria para o Lixo pode ser Ressignificado”. Esses nomes foram extraídos dos textos produzidos pela SBCG, portanto correspondem à expressão dos objetos sem a inferência de categorias analíticas.

Além disso, diversas reivindicações tratavam de um aspecto mais amplo das apresentadas pelos subconflitos, questionando a produção da cidade indicando elementos que extrapolam a questão da urbanização e colocam em discussão de como a cidade está sendo apropriada. Neste sentido, optamos em chamar esse elemento que magnetiza a discussão da produção da cidade no conflito articulador (bosque x shopping) de “meta conflito” por meio da expressão usada pela SBCG: “Nova Política Urbana que Reumanizará a Cidade”. Portanto, o meta-conflito possui elementos dos subconflitos, embora não seja apenas a soma das outras reivindicações, mas vai além delas.

A seguir, no subcapítulo 4.4.1, apresentamos os subconflitos. Na parte inicial, elegemos trechos da narrativa do movimento para ilustrar a composição de

cada subconflito. Em seguida, fizemos uma análise quantitativa das ações do movimento, relacionando a motivação da realização da atividade com o subconflito e/ou meta-conflito. E, por fim, estabelecemos uma relação entre agentes instigadores, o repertório utilizado por eles e sua associação do o(s) subconflito(s).

4.4.1 Os subconflitos

O subconflito “Crie o parque usando ele” se refere às ações onde prevaleceram interações sociais entre os agentes na produção simbólica do espaço. Para ilustrar essa subcategoria citamos

Sente na grama, debaixo da sombra de uma árvore e pense sobre o Futuro, sua vida, suas realizações. Leve a família para participar disso. Ou conheça alguém lá que irá mudar a sua vida — nunca se sabe... É isso que faz um Parque. É isso que faz um Lugar (SBDG, 2013).

Neste caso, fica evidente que a ocupação do espaço é a estratégia utilizada para a apropriação simbólica do objeto, onde cada sujeito pode fazê-lo com autonomia e liberdade, e ainda assim contribuindo para a luta coletiva.

O segundo subconflito é o “Laboratório Agrícola à Céu Aberto” que agrega todas as ações relacionadas à agricultura urbana, jardinagem libertária, horta comunitária, permacultura, e banco de sementes.

Um detalhe: nas negociações com a Prefeitura sobre o projeto do parque, temos encontrado resistência na perenização das hortas. É um contrassenso, já que o urbanismo nas grandes metrópoles mundiais (Tóquio, Berlin, San Francisco) abraçou entusiasticamente a produção de alimentos em qualquer cantinho urbano disponível. Vamos continuar trabalhando para mostrar ao poder público curitibano a COMPATIBILIDADE das hortas com uma nova visão do planejamento urbano. Nunca pretendemos querer alimentar a cidade com as modestas hortas do Parque Gomm, mas criar um SÍMBOLO de vivência urbana, a partir deste legítimo laboratório agrícola a céu aberto (SBCG, 2014).

Essas ações são estratégicas na disputa, pois transformam o espaço e se tornam um símbolo de resistência, representam uma ‘visão de cidade’ que a SBCG persegue.

No subconflito “Tudo que iria para o lixo pode ser ressignificado”, foram agrupadas as atividades que, de certa maneira, propõem a utilização de recursos existentes que não estavam em uso, eram ociosos ou seriam descartados em

atividades que gerassem algum significado, como as feiras de troca de brinquedos, o escambo de objetos, a doação de livros para a biblioteca livre e/ou recursos para a manutenção/apoio das ações do movimento, como a doação de mudas, terra, ferramentas, banco de praça, plaquinhas para a horta, pastilhas de mosaico, tampinhas de plástico, pneus, etc.

As crianças adoram trazer os brinquedos para a troca! Despedem-se de alguns brinquedos e recebem outros com muita alegria! Experiências únicas que não acontecem em uma loja de brinquedos e muito menos no *shopping center*! Sem contar a interação com outras crianças! Uma lição de vida e um aprendizado em consumo consciente (SBDG, 2014).

O trecho acima revela como essa forma de utilizar os recursos existentes, dando-lhes novo significado, é uma estratégia que contribui para a disputa simbólica que a SBCG faz e, desta vez, diretamente relacionada ao agente opositor (shopping). Também indica uma crítica ao modo de produção e consumo predominantes na sociedade capitalista.

Por fim, o “meta-conflito” é representado pela expressão “Nova Política Urbana que Reumanizará a Cidade”. Consideramos esse conflito um “guarda-chuva” que abarca os subconflitos acima mencionados, pois se refere à disputa de uma mudança nas relações de produção, acesso e uso do espaço, bem como de reconhecimento e redistribuição, conforme observamos no trecho a seguir

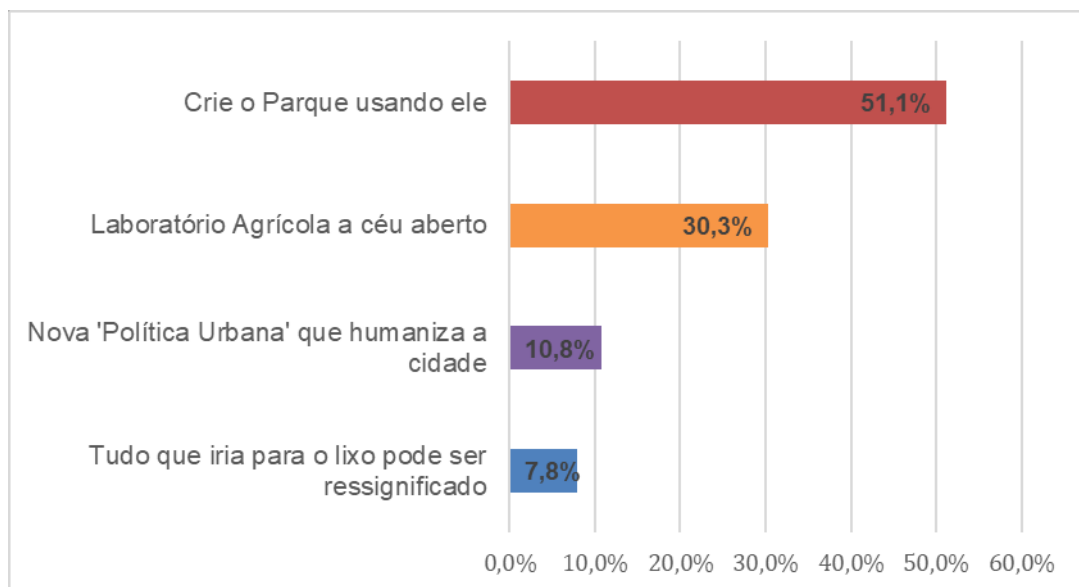
(...) ter acesso a brinquedos **sem um cartão de crédito numa loja de shopping**. E melhor ainda: **TUDO ISSO NA RUA, não dentro de CIDADELAS ARTIFICIAIS** - nas quais o Céu e o Sol são emoldurados por vidro e aço e a grama é trocada por mármore. Lugar de criança é NA RUA, não supostamente protegidas em “Ilhas da Fantasia” cercadas de um mar de exclusão, violência urbana, alienação e indiferença. Lembre-se disso, Curitiba (SBDG, 2014).

Desta maneira, observamos que alguns protestos reivindicam uma “outra cultura” de uso e ocupação do espaço, urbanismo e planejamento urbano (um exemplo é a Cidade para Pessoas).

Vamos ficar de pés descalços na grama, colocar toalha no chão, deixar as crianças brincarem, empinar pipa e brindar à Curitiba. Por algumas horas, **VAMOS OCUPAR O QUE É NOSSO** — e querem nos tirar. Porque este espaço é nobre e é das pessoas e famílias, não é quintal de shopping e nem troco de fim de feira urbanística (SBDG, 2013).

Ao todo, as ações anunciadas nos eventos do Facebook foram agrupadas em 15 tipos de atividades e a cada uma delas foi atribuído nenhum, um, dois, ou três subconflitos/meta-conflito. Desta maneira, as ações que se referissem aos três subconflitos enquadram-se também no meta-conflito. A proporção da sua incidência pode ser visualizada na Figura 25 a seguir:

Figura 25 - Subconflitos

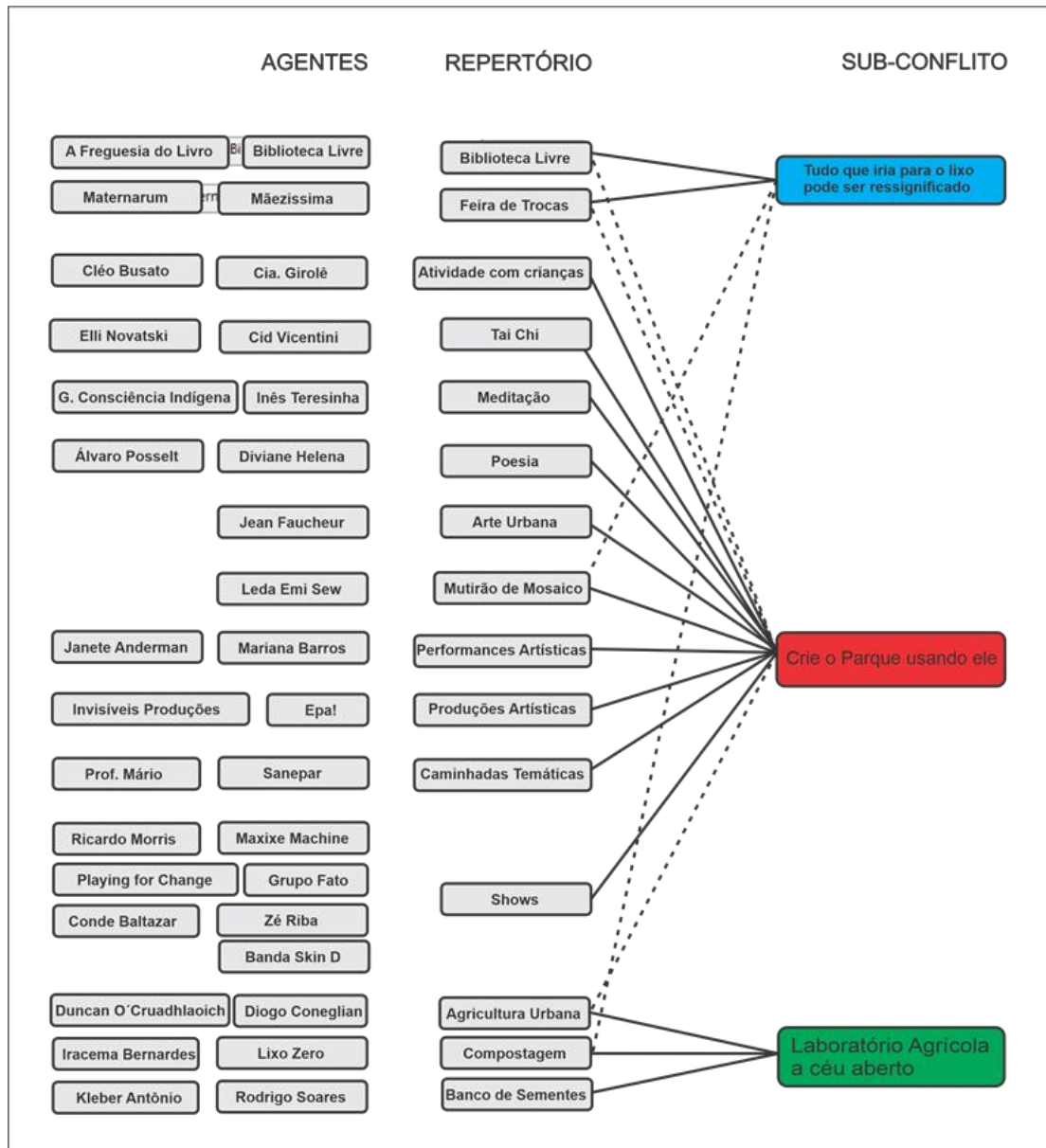


Fonte: a autora (2020).

O subconflito “Crie o Parque usando ele” abarca a maior quantidade de ações (51,1%), seguida de “Laboratório Agrícola a Céu Aberto” (30,3%) e “Nova Política Urbana que Reumaniza a Cidade” (10,8%). O subconflito “Tudo que Iria para o Lixo Pode Ser Ressignificado” possui, quantitativamente, menos representatividade, porém, é preciso evidenciar que as atividades que contribuem para a expressão deste conflito têm uma grande relevância na disputa simbólica. Isso pode ser visualizado, por exemplo, no número de pessoas que participaram das feiras de troca, que concentravam o maior número de participantes dentre todas as atividades realizadas.

A Figura 26 apresenta a relação entre os agentes, o repertório de ação e o subconflito ao qual se relacionam. As linhas contínuas representam a ligação direta da ação com o subconflito ao qual são relacionadas, e as linhas pontilhadas, as ligações correlatas.

Figura 26 - Relação entre agentes x repertório x subconflitos



Fonte: a autora (2020).

É possível observar que a arte urbana, mutirão de mosaico e caminhadas temáticas que possuem um caráter predominantemente social, também têm influência direta sobre o espaço físico, portanto possuem ligação com dois subconflitos. Da mesma maneira, as atividades diretamente relacionadas à dimensão ambiental, por se tratarem de apropriação do espaço por meio de atividades que consolidem a ocupação, também são fortemente relacionadas à dimensão social da disputa.

É importante lembrarmos que o “meta-conflito” não aparece na representação acima, pois sua expressão se dá também pelas reivindicações relacionadas aos subconflitos, e os questionamentos vinculados aos meta-conflitos são, de certa maneira, intangíveis, ou seja, difíceis de serem materializados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, nos dedicamos a investigar diversos aspectos relativos à disputa manifestada no Bosque da Casa Gomm, partindo da premissa de que o espaço é, ao mesmo tempo, o local de expressão do conflito e o objeto de luta. Assim, interessava entender as relações que se estabeleceram ao longo do processo histórico de consolidação do tecido urbano e, posteriormente, na manifestação do conflito, entender quais agentes se envolveram na disputa, suas motivações e repertório de ação.

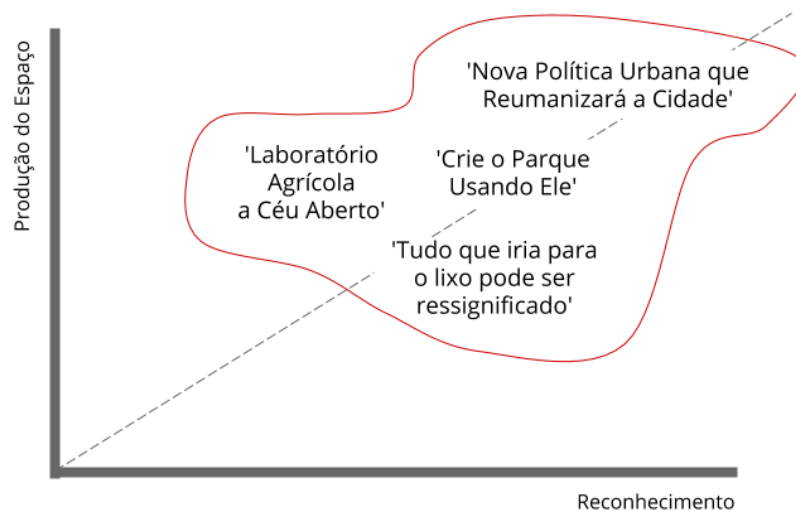
Inicialmente, procuramos apresentar aspectos históricos ligados à estruturação da área urbana de Curitiba para colocarmos em perspectiva a produção social do espaço em disputa, visando a entender a dinâmica que considera o espaço como coisa em disputa e como local de expressão da mesma, o que é típico da produção capitalista do espaço na cidade contemporânea.

Neste sentido, trouxemos para a análise a abordagem de David Harvey, no que tange o Direito à Cidade, que se relaciona aos conflitos intrínsecos aos processos sociais e às contradições estruturais das relações de produção, e as Lutas por Reconhecimento, evidenciadas por Nancy Fraser, que são intrínsecas aos conflitos associados às relações sociais em função da percepção e/ou representação das diferenças e/ou distinções. É válido lembrar aqui que essas categorias de análise são uma estratégia para a análise do objeto em estudo, porém, são dimensões que se sobrepõem na realidade concreta. Isso quer dizer que não existe separação entre reivindicações e não são lutas excludentes, são expressões alusivas às dinâmicas das relações de produção e reprodução.

Isto posto, decidimos fazer uma associação entre cada um dos subconflitos e o meta-conflito com as categorias de análise. Ao recuperar essas categorias, é possível visualizar que os três subconflitos se filiam expressivamente à primeira categoria, uma vez que, de maneira geral, questionam a forma de produção do espaço e propõem novas formas, sejam os aspectos relacionados ao uso do espaço, expressada em “Crie o Parque Usando Ele”, propondo uma apropriação social do espaço; seja como a relação urbano-rural evidenciada em “Laboratório Agrícola à Céu Aberto” ao propor agricultura urbana; e, por fim, o subconflito “Tudo que iria para o Lixo pode ser Resignificado”, que denuncia a cultura de consumo e descarte dos objetos, propondo outra dinâmica. Entretanto, é preciso evidenciar que

a filiação à luta por reconhecimento também é significativa, uma vez que, durante todo o período de mobilização a SBCG, está reivindicando o reconhecimento dessas atividades como outra forma de produção do espaço. Esse argumento fica bem evidente quando, em período posterior ao recorte temporal desta investigação, é aprovada a Lei de Agricultura Urbana em Curitiba, reconhecendo, assim, um objeto relacionado ao subconflito “Laboratório Agrícola a Céu Aberto”.

Figura 27 - Relação entre subconflitos e categorias de análise



Fonte: a autora (2020).

O subconflito 1, “Crie o Parque Usando Ele”, tem, de certa maneira, relação com as duas categorias na mesma proporção, pois, ao questionar a produção do espaço e propor uma outra forma (ocupar para criar), já figura como uma forma de reivindicar o reconhecimento de um outro padrão de produção. Neste sentido, fica evidente o imbricamento das duas dimensões de análise a que este subconflito se filia.

O subconflito 2, simbolizado na expressão “Laboratório Agrícola a Céu Aberto”, coloca em questão novamente as relações de produção, desta vez evidenciando as formas de uso do espaço urbano (vazio urbano), a dinâmica campo x cidade (como espaços com funções diferentes), e também a questão da

alimentação e produção de alimentos. Neste sentido, a produção de alimentos na área urbana é o repertório que o movimento utiliza para discutir outras formas de produção usando a área urbana também como espaço de cultivo, divergindo das atividades agrícolas hegemônicas. Neste caso, também fica evidente que disputar o uso do espaço com a atividade da agricultura urbana é uma estratégia que contribui na direção da visão de cidade pretendida, uma vez que democratiza o espaço público para a produção de alimentos, além do uso recreativo e de convívio.

O subconflito 3, “Tudo que iria para o Lixo pode ser Resignificado”, coloca em pauta a forma de consumo na sociedade contemporânea questionando, mesmo que indiretamente, a forma de produção de mercadorias e os seus impactos (lixo). Neste sentido, a questão central desse subconflito é o caráter monofuncional dos objetos e seu descarte após o uso para o qual foi designado. Ao propor-se que “tudo que iria para o lixo pode ser resignificado”, estabelece-se uma outra dinâmica para os recursos (não virar lixo), e também, no caso das feiras de troca, outra dinâmica nas transações entre as mercadorias (sem utilização de dinheiro diretamente). Nesse aspecto, é possível visualizar uma ligação com a segunda categoria de análise (luta por reconhecimento), visto que uma mudança na forma de transação de mercadorias se configura tanto numa forma de redistribuir os recursos existentes quanto no reconhecimento cultural dos grupos que se utilizam deste formato de troca de recursos. Desta forma, visualizamos que o subconflito se alinha à concepção bidimensional de justiça indicada por Fraser (2002).

Diante do exposto, conseguimos visualizar como os subconflitos são elementos que compõem a disputa expressada no meta-conflito “Nova Política Urbana que Reumanizará a Cidade”. A reivindicação de uma “nova política urbana” coloca a política urbana vigente em cheque, destinando-se a propor novos acordos sociais que “reumanizem a cidade”, ou seja, que considerem outras formas de produção, acesso e uso do espaço. Além disso, se considerarmos a proposição de outras formas de produção de mercadorias, consumo, transações de recursos propostas no subconflito “Tudo que iria para o lixo pode ser resignificado”, outra forma de relação entre urbano e rural e a produção de alimentos por meio da agricultura urbana e, por fim, o uso e a ocupação do espaço público como forma de propor outra cultura urbana, o meta-conflito abarca todas essas reivindicações, revelando o caráter intrínseco dos subconflitos na sua reclamação.

Vale ainda ressaltar como o Direito à Cidade, sob a perspectiva do direito à liberdade de incidir sobre a produção da cidade, conforme preconizado por Harvey, é basilar na atuação da SBCG. Ao se mobilizar por mais de três anos consecutivos, ocupando o espaço físico, na disputa de narrativa usando recursos digitais e virtuais, e na construção simbólica do lugar, o movimento foi ativo tanto no questionamento quanto na produção do espaço. Além disso, podemos ressaltar que, mesmo que de forma sutil e muitas vezes poética, a SBCG se coloca tanto no questionamento e proposições sobre os modos de produção como também na luta por reconhecimento, uma vez que indica alternativas que se destinam ao combate à desigualdade, diferença entre classes, exploração, pobreza, etc., e também enfrenta o imperialismo cultural, neste caso simbolizado pelo *shopping center*.

Por fim, gostaríamos de declarar sobre as limitações desta pesquisa que uma delas foi não conseguir abordar as divergências e contradições dentro do movimento. Outra questão foi que a abordagem metodológica foi desenhada de modo a identificar os agentes e suas relações, porém não teve foco na análise de cada um, evidenciando a heterogeneidade e diversidade dos sujeitos. Outra questão não abordada foi a relação desse tipo de movimento com o uso das mídias sociais e netativismos. Esses limites são oportunidades para pesquisas futuras, bem como o aprofundamento de temas sobre o que é o conflito, quem são os agentes na disputa, quem ganhou e quem perdeu, e quais os “resultados” obtidos pelos agentes na disputa.

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, Roberta. KLUG, Letícia B. Direito à Cidade, Cidades para Todos e a Estrutura Sociocultural Urbana. Capítulo publicado em: A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação / organizadores: Marco Aurélio Costa, Marcos Thadeu Queiroz Magalhães, Cesar Buno Favarão. – Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8622> Acesso em: 09 de outubro de 2019.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Edições 70, LDA. Lisboa, Portugal, 1977.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão sociólogo: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana. Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional. Curitiba, 2006. 303p. Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br/sites/comec/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/pdi_2006.pdf Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

COSTA, Samuel Guimarães. A erva-mate. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995. p. 132

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Gustavo Bonatto Fruet. Verbete, biografia. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/fruet-gustavo> Acesso em: 18 de agosto de 2019.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Roberto Requião. Verbete, biografia. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-requiao-de-melo-e-silva> Acesso em: 7 de setembro de 2019.

FARIA, José Henrique de. Epistemologia Crítica do Concreto e Momentos de Pesquisa: uma Proposição para Estudos Organizacionais. RAM, Rev. Adm. Mackenzie. São Paulo, set/out 2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O urbano no contexto do subdesenvolvimento. Revista Cult, 9 de maio de 2017 - edição 223. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-urbano-no-contexto-do-subdesenvolvimento/> Acesso em: 04 de outubro de 2019.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63. Outubro, 2002: 7-20.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". Cadernos de Campo: São Paulo, n. 14/15 - p. 1-382, 2006.

FRÓES, A. C. S.; FARIA, J. R. V. Conflitos ambientais urbanos e contradições socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba. IN: Conflitos Urbanos em Curitiba. Simone Aparecida Polli et al. (org.). 1 ed. – Curitiba: Appris, 2019. 199p.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA - FCC. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Ano VIII. Março/1981.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA - FCC. Depoimento concedido por Patrícia Gomm Mueller à Regina Wallbach e Roseli Boschilia no dia 29 de setembro de 1987 sobre a Casa Gomm. Acervo Casa da Memória.

GAZETA DO POVO. A indústria iniciou com a erva-mate. Curitiba, 26 de maio de 1991. Acervo Casa da Memória.

HARVEY, David. O Direito à cidade: a qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Revista Piauí, julho 2013 - Edição 82. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/> Acesso em: 8 de outubro de 2019.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Nosso Bairro: Batel/ Lucimara Wons, Coord. _ Curitiba: IPPUC, 2015. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/10-Batel.pdf> Acesso em: janeiro de 2020.

_____. Perfil econômico da Regional Matriz. Curitiba: IPPUC, 2017. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/arquivos/regionais/perfil-economico-regional-matriz.pdf> Acesso em: janeiro de 2020.

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ. Ucrânianos divulgam planos para o bosque. Curitiba, 06 de maio de 1987. Acervo Casa da Memória.

LAZIER, H. Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1986.

MOURA, R; KORNIN, T. A internacionalização da metrópole e os direitos humanos. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga (org.). Dinâmicas Intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital Editora, 2009, p. 17-29.

NAZARENO, Louise Ronconi. Redes sociais e coalizão de governo em Curitiba 1985 – 2004. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Ciência Política da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005 – 163 p.

PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura – SEEC. Conjunto urbano da rua Comendador Araújo, no trecho compreendido entre a rua Desembargador Motta e a rua Benjamin Lins. Disponível em: < <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=284> >. Acesso em: 31 de julho de 2019.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2a. edição 1985.

PILOTTO, Ângela Seixas. *Área metropolitana de Curitiba. Um estudo a partir do espaço intraurbano*. Dissertação de mestrado - FAUUSP. São Paulo, 2010. 196 p.:il.

POLLI, S; FARIA, J. R.V; SOUZA, M; GUSSO, R.J (org.). *Conflitos Urbanos em Curitiba*. 1. ed-Curitiba: Appris, 2019. 199 p.

Rede Nossa São Paulo (RNSP). *Quem somos*. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/quemsomos/#rnsp> Acesso em: 22 de julho de 2019.

ROMANEL, Maria Cecília; SCHERNER, Maria Luiza Trevisan. *Álbum de Memórias: a trajetória das indústrias no Paraná*. Curitiba: Editora Univer Cidade, 2007. 126p.

SANCHEZ, Fernanda. *Políticas Urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.01, p. 115-132, maio, 1999.

_____. *Copa do Mundo, Megaeventos e Projeto de Cidade: atores, escalas de ação e conflitos no Rio de Janeiro*. In: *A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*. Rio de Janeiro: Eduff Editora, 2014 - p. 25 a 39.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Edusp: 2017.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. Edusp: 2012.

SOUZA, Mayara Vieira; FARIA, José Ricardo Vargas. *Metodologia de pesquisa, unidade de análise e categorias de interpretação*. IN: *Conflitos Urbanos em Curitiba*. Simone Aparecida Polli et al. (org.). 1 ed. – Curitiba: Appris, 2019. 199p.

SHAITZA, Renato. *Bosque do Batel*. *Correio de Notícias*, 07 de março de 1987. Acervo Casa da Memória.

TANAKA, Giselle M. M. *Planejamento e Conflitos Sociais: reflexões a partir lutas urbanas*. *Anais do XVII ENANPUR*, v. 17 n. 1 (2017). Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sess

oes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.2/ST%2010.2-04.pdf Acesso em: 9 de outubro de 2019.

VAINER, Carlos Bernardo. Palestra do Prof. Titular Carlos Vainer no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Promovido pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades – M Cidades. Organizado pelo GT Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007. Expositor na mesa “Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos.

ZUCON, Otávio. Arquitetura dos sentidos: uma viagem pela antiga Estrada do Mato Grosso. Coord. pesq. hist., documentário. Otávio Zucon; pesq. antropológica, concepção expositiva e documentário Gesllne Giovana Braga; proj. expográfico e pesquisa arquitetônica Kissia Stein do Nascimento; gestão e assessoria museológica Rúbia Stein do Nascimento; rev. textos Zenaide Claudino Possas. Curitiba: Memória.doc Informação e Documentação, 2014. 32p.: il, color

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.